

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

KELLY CRISTINE OLIVEIRA MEIRA

**“NA ÁFRICA AUSTRAL, COOPERAÇÃO COMO MEIO DE
RESOLVER CONFLITOS TEM UMA LONGA HISTÓRIA”**: Um estudo
de caso sobre a criação da Comunidade para o Desenvolvimento da
África Austral (SADC)

Belo Horizonte

2021

KELLY CRISTINE OLIVEIRA MEIRA

**“NA ÁFRICA AUSTRAL, COOPERAÇÃO COMO MEIO DE
RESOLVER CONFLITOS TEM UMA LONGA HISTÓRIA”:** Um estudo
de caso sobre a criação da Comunidade para o Desenvolvimento da
África Austral (SADC)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Dawisson Elvécio Belém Lopes

Coorientador: Prof. Dr. Peter Arthur

Linha de Pesquisa: Instituições Políticas e Política Internacional

Belo Horizonte

2021

320 M514n 2021	<p>Meira, Kelly Cristine Oliveira.</p> <p>“Na África Austral, cooperação como meio de resolver conflitos tem uma longa história“ [manuscrito] : um estudo de caso sobre a criação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) / Kelly Cristine Oliveira Meira. - 2021.</p> <p>96 f.</p> <p>Orientador: Dawisson Elvécio Belém Lopes. Coorientador: Peter Arthur.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1.Ciência política - Teses. 2. África Meridional – Teses. I. Lopes, Dawisson E. Belém. II.Arthur, Peter. III.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.</p>
----------------------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA 12ª/2021 DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA KELLY CRISTINE OLIVEIRA MEIRA

Realizou-se, no dia 15 de outubro de 2021, às 10:00 horas, por videoconferência, a defesa da dissertação, intitulada ““NA ÁFRICA AUSTRAL, COOPERAÇÃO COMO MEIO DE RESOLVER CONFLITOS TEM UMA LONGA HISTÓRIA”: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A CRIAÇÃO DA COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC)”, elaborada e apresentada por KELLY CRISTINE OLIVEIRA MEIRA, número de registro 2019664032, graduada no curso de RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS. A defesa é requisito parcial para a obtenção do grau de Mestra em CIÊNCIA POLÍTICA e foi submetida e analisada pela seguinte Comissão Examinadora: Prof. Dawisson Elvécio Belém Lopes - Orientador (DCP/UFMG), Profa. Camila Santos Andrade (UFRGS), Profa. Patrícia Nasser de Carvalho (FACE-ECN/UFMG). A Comissão considerou a dissertação APROVADA. Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelos membros da Comissão. Belo Horizonte, 15 de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Dawisson Elvecio Belem Lopes, Diretor(a) adjunto(a)**, em 15/10/2021, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Nasser de Carvalho, Professora do Magistério Superior**, em 18/10/2021, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Santos Andrade, Usuário Externo**, em 20/10/2021, às 18:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1020982** e o código CRC **5D320566**.

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1083763&infra_sistema=10000100&infra_unidade_atual=110000288&infra_hash=df4d95603... 1/2

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, Nossa Senhora e Jesus Cristo porque a fé foi um dos pilares que me manteve sã e confiante de um futuro mais brilhante.

O segundo agradecimento mais importante é para mim mesma por não ter desistido apesar das muitas semanas em que me vi incapaz de ler um artigo ou meu próprio projeto de dissertação sem ter uma crise de ansiedade, e mesmo após muitos meses de psicoterapia, não ter desistido nas várias semanas que me encontrei incapaz de escrever nem mesmo uma frase. O período do mestrado escancarou, e piorou, o que não podia mais ser escondido, a ansiedade, a angústia, a síndrome de impostora, o bloqueio... e a culpa por tudo isso que é paralisante. Portanto, o maior agradecimento que devo é a mim mesma pela fé, força e coragem em enfrentar esses quase três anos que exigiram mais do que poderia imaginar, o resultado não está perfeito e o processo de escrita não foi como eu tinha imaginado, mas foi o que fui capaz de fazer e estou imensamente orgulhosa de mim mesma, afinal, sou muito mais do que minha pesquisa e minha dissertação.

Agradeço aos meus pais, Celso e Ednilsa, pelo amor, compreensão e apoio em todos os momentos e à todos os meus planos.

Agradeço à minha irmã, Karen Luiza, pelo amor e apoio, por ouvir meus desabafos e angústias, por revisar meu texto, pelo companheirismo e tudo o mais que não cabe no papel.

Agradeço aos meus orientadores, Dawisson Belém Lopes e Peter Arthur pelo apoio, compreensão e respeito nesse período angustiante cuja produção não seguiu conforme o planejado. Obrigada também por apoiar minhas ideias e projetos.

Agradeço à minha psicóloga, Leciana, sem as sessões de psicoterapia a produção dessa dissertação teria sido muito mais dolorosa e angustiante.

Agradeço ao professor Felipe Nunes por ter me concedido uma bolsa no primeiro ano do mestrado e sem a qual minha permanência na pós-graduação teria sido mais difícil.

Agradeço à FAPEMIG, ao CNPq e ao Governo do Canadá, por meio do EduCanada e do Programa Líderes Emergentes das Américas - ELAP, por financiar minha pesquisa de mestrado no Brasil e Canadá.

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFMG, Alessandro Magno e Thaís Amorim, e aos funcionários da *Dalhousie University* - Amanda Leslie, Qiuling Wu, Danielle Andres e os demais - pelo atendimento, pela paciência, pela disposição em ajudar e esclarecer as dúvidas.

Agradeço às membras titulares e suplente da banca de defesa da dissertação, Camila Andrade, Jéssica Fernandes e Patrícia Nasser de Carvalho que apresentou me apresentou à SADC numa aula de Blocos Econômicos e Integração Regional e foi minha orientadora de monografia na graduação.

Agradeço aos membros do RIPPERP, Florência, Jéssica, João Paulo, Mário, Thales, Vinícius, Yulieth e os demais, pela leitura dos meus trabalhos, pelo apoio nos meus planos, pelos conhecimentos compartilhados e pela amizade, vocês são incríveis!!

Agradeço à Ana Luíza, ao Renato Duarte e ao Lucas Henrique por terem compartilhado comigo por mais de um ano as dificuldades e alegrias da Representação Discente do PPGCP/UFMG.

Agradeço às professoras e professores com os quais interagi durante o mestrado, seja nas aulas ou no Colegiado - Natália, Magna, Carlos, Juarez, Mário, Bruno, Ana Paula, Victoria, Zuo, Marcus e todas/os os demais.

Agradeço aos membros do Media Bias, Bárbara, Camila, Virgilio, Jaqueline, Ana e todas/os demais por terem compartilhado conhecimento e pelo apoio.

Agradeço à Mariana, Pollyanna, Carla, Júlia, Luísa, Bruna, Flávia, Augusta, Blessing, Keite, Farah, Danielle, Adriana, Dária, Melina, Ray... e a todas/os demais que não foram citadas mas que direta ou indiretamente contribuíram para que eu finalizasse a dissertação.

Sem vocês esse caminho teria sido muito mais solitário!!!

RESUMO

A África Austral foi a região do continente africano mais afetada pela segregação racial que culminou nos governos de minoria branca da África do Sul, Namíbia e Zimbábue. Partindo do estudo do contexto regional da África Austral no período entre 1975 e 1994, assim como das décadas antecedentes, esta dissertação se propõe a responder a seguinte questão: como os governos de minoria branca da África do Sul, Namíbia e Zimbábue influenciaram indiretamente a formação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)? A partir desta pergunta de pesquisa pretende-se testar a hipótese de que a criação da SADC foi o resultado das estratégias adotadas pelos países da África Austral para conter os governos de minoria branca da região. O objetivo desta pesquisa é identificar, descrever e analisar as estratégias adotadas pelos países da região da África Austral, entre os anos 1975 e 1994, para enfrentar os governos de minoria branca da região. Diante da questão de pesquisa, optou-se por um estudo de caso qualitativo do tipo misto descritivo-explicativo que analisará o processo de criação da SADC, a partir das duas organizações precedentes o Estados de Linha de Frente (ELF) e a Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC). A dissertação está estruturada em dois capítulos, introdução e conclusão. No primeiro capítulo são discutidas as teorias de regionalismo, institucionalismo histórico e o conceito de governos de minoria branca focados na África do Sul, Namíbia e Zimbábue abordando especialmente as políticas segregacionistas desses países no período anterior a 1975. No segundo capítulo são abordadas a história e as estratégias adotadas pelos países da África Austral para enfrentar os governos de minoria branca da região, centrando-se no ELF, SADCC e SADC.

Palavras-chave: África Austral; Governos de Minoria Branca; Estados de Linha de Frente; SADCC; SADC

ABSTRACT

Southern Africa was the region of the African continent most affected by racial segregation that culminated in the white-minority rules of South Africa, Namibia, and Zimbabwe. Based on the study of the regional context of Southern Africa in the period between 1975 and 1994, as well as the previous decades, this thesis proposes to answer the following question: how the white-minority rules of South Africa, Namibia, and Zimbabwe indirectly influenced the creation of the Southern African Development Community (SADC)? Based on this research question, we intend to test the hypothesis that the creation of SADC was the result of strategies adopted by Southern African countries to contain white-minority rules in the region. Accordingly, this research aims to identify, describe, and analyze the strategies adopted by the countries of the Southern Africa region between 1975 and 1994 to face the white-minority rules. Faced with the research question, we opted for a qualitative case study of the descriptive-explanatory mixed type that will analyze the process of creating the SADC, based on the two preceding organizations, the Frontline States (FLS) and the Southern African Development Coordination Conference (SADCC). The thesis is divided into two chapters, the introduction, and the conclusion. In the first chapter, theories of regionalism, historical institutionalism, and the concept of white-minority rules focused on South Africa, Namibia and Zimbabwe are discussed, especially addressing the segregationist policies of these countries in the period before 1975. Finally, the second chapter has discussed the history and the strategies adopted by Southern African countries to confront white-minority rules in the region centered on FLS, SADCC, and SADC.

Keywords: Southern Africa; White-Minority Rule; Frontline States; SADCC; SADC

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Países da África Austral	13
Figura 1 - Países Membros da SADC	24
Quadro 2 - Cúpulas da Aliança do ELF - 1976-1980	51
Quadro 3 - Reuniões do Comitê Interestatal de Defesa e Segurança (ISDSC) do ELF - 1975-1989	55
Figura 2 - Chefes de Estado dos Nove Países Membros da SADCC (1980)	59
Quadro 4 - Atribuição de Setor por País na SADCC	62
Quadro 5 - Cúpulas da Aliança do ELF - 1980-1985	69
Quadro 6 - Cúpulas da Aliança do ELF - 1986-1990	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC - *African Liberation Committee*

CEA - Comunidade Econômica Africana

CECAC - Conferência dos Países da África Oriental e Central (*Conference of East and Central African Countries*)

CER - Comunidade Econômica Regional

CNA - Congresso Nacional Africano

CONSAS - Constelação de Estados da África Austral (*Constellation of Southern African States*)

CPA - Congresso Pan-Africanista de Azania

DUI - Declaração Unilateral de Independência

ELF - Estados de Linha de Frente

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

ISDSC - Comitê Interestatal de Defesa e Segurança (*Interstate Defence and Security Committee*)

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

PAFMECA/PAFMECSA - Movimento de Liberdade Pan-Africano da África Oriental e Central/Movimento de Liberdade Pan-Africano da África Oriental, Central e Meridional (*Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa/Pan-African Freedom Movement of the Eastern, Central, and Southern Africa*)

PF - Frente Patriótica (*Patriotic Front*)

RAS - República da África do Sul

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

SACU - União Aduaneira da África Austral (*Southern Africa Customs Union*)

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Community*)

SADCC - Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (*Southern African Development Coordination Conference*)

SADF - Força de Defesa da África do Sul (*South African Defense Force*)

SATCC - Comissão de Comunicações e Transporte da África Austral (*Southern African Transport and Communications Commission*)

SWAPO - *South West Africa People's Organization*

ONU - Organização das Nações Unidas

OPDSC - Orgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança (*Organ on Politics, Defense and Security Cooperation*)

OUA - Organização da Unidade Africana

UANC - *United African National Council*

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UNTAG - Grupo de Assistência de Transição das Nações Unidas (*United Nations Transition Assistance Group*)

ZANLA - *Zimbabwe African National Liberation Army*

ZANU - *Zimbabwe African National Union*

ZAPU - *Zimbabwe African People's Union*

ZIPRA - *Zimbabwe People's Revolutionary Army*

SUMÁRIO

1	Introdução	12
2	“A Árvore Gigante Nasce de um Grão”	19
2.1	Regionalismo	20
2.2	Institucionalismo histórico	26
2.3	Governos segregacionistas de minoria branca	30
2.3.1	<i>África do Sul</i>	33
2.3.2	<i>Namíbia</i>	37
2.3.3	<i>Zimbábue</i>	40
3	“Na África Austral, Cooperação como Meio de Resolver Conflitos tem uma Longa História”	43
3.1	Do Estados de Linha de Frente à independência do Zimbábue (1975-1980)	43
3.2	Da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral à independência da Namíbia (1980-1990)	59
3.3	A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	76
4	Conclusão	81
5	Referências Bibliográficas	87

1 Introdução

A Declaração sobre a África Austral adotada pela 9ª Sessão Extraordinária do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana (OUA)¹ em Dar-es-Salaam em 10 de abril de 1975 definiu a situação da África Austral como

Existem duas principais áreas de conflito na África Austral. O primeiro é o confronto com o colonialismo. O segundo é o conflito com o sistema de *apartheid*, que foi justamente declarado pelas Nações Unidas como um crime contra a humanidade. Mas, quer se trate da luta contra o colonialismo na Rodésia ou da ocupação ilegal da Namíbia ou da dominação racista na África do Sul, o principal adversário da África é o mesmo; A África do Sul como potência colonialista e, em segundo lugar, a África do Sul como sociedade racista. (DAR ES SALAAM DECLARATION ON SOUTHERN AFRICA, 1975, p. 2, tradução própria)

A África Austral foi a região do continente africano mais afetada pela segregação racial, que culminou nos governos de minoria branca da África do Sul, Namíbia e Zimbábue (CHANAIWA, 2010). Segundo Chanaiwa (2010) o ano de 1948 marca o avanço da perseguição racial na África Austral, tanto na África do Sul quanto na Rodésia do Sul o principal ponto era a luta dos europeus e colonos brancos para manterem seu privilégio econômico. Os dois Estados adotaram diversos atos segregacionistas, todos os altos postos de trabalho e os maiores salários eram reservados aos brancos, os produtos fabricados pelos pretos eram boicotados como forma de eliminar a concorrência, entre outras medidas. (CHANAIWA, 2010).

A Namíbia, por outro lado, foi uma colônia alemã até 1915, quando passou para o domínio britânico, sendo governada pela África do Sul que instaurou no país o regime do *apartheid*. A Namíbia passou para a tutela da Organização das Nações Unidas (ONU) que declarou a ocupação ilegal, entretanto, por razões econômicas, políticas e militares a África do Sul negou a independência. Foi somente em 1990 que a Namíbia conquistou sua independência (CHANAIWA, 2010).

Sobre o processo de descolonização do continente africano, muitos países da África Austral conquistaram a independência entre os anos de 1960 e 1964, e

¹ Organization of African Unity (OAU)

consequentemente, o elevado número de países independentes também significou a divisão do continente em dois blocos, um aliado ao socialismo e outro ao capitalismo, refletindo o contexto mundial de polarização durante a Guerra Fria (ASANTE; CHANAIWA, 2010).

A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)², bloco de integração regional, que é objeto deste estudo, foi oficialmente criada em 1992, a partir de dois blocos já existentes, o Estados da Linha de Frente (ELF)³ e a Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADCC)⁴. A SADC possuía inicialmente dez membros: Angola, Botsuana, Lesoto, Malauí, Moçambique, Namíbia, Essuatíni, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. A África do Sul, ingressou no bloco após o fim do *apartheid*, em 1994.

O quadro 1 abaixo apresenta um resumo dos países da África Austral, as datas de independência, os nomes anteriores e os países colonizadores.

Quadro 1 - Países da África Austral

País	Independência	Nome Anterior	País Colonizador
África do Sul	31/05/1910 ⁵	-	Países Baixos e Grã-Bretanha
Angola	11/11/1975	-	Portugal
Botsuana	30/09/1966	Bechuanalândia	Grã-Bretanha
Essuatíni ⁶	06/09/1968	Suazilândia	Grã-Bretanha
Lesoto	04/10/1966	Basutolândia	Grã-Bretanha
Malauí	06/07/1964	Niassalândia	Grã-Bretanha

² *Southern African Development Community*

³ *Frontline States (FLS)*

⁴ *Southern African Development Coordination Conference*

⁵ O caminho que levou à independência da África do Sul é marcado por diversas etapas, a União da África do Sul era politicamente independente desde 31/05/1910 (MAZRUI, 2010) - se configurando como um domínio britânico - e era a União de quatro colônias: Cabo, Natal, Estado Livre de Orange e o Transvaal. Saunders (2017) por outro lado aponta que usualmente se considera a independência da África do Sul em 1931 com a aprovação pelo Parlamento do Reino Unido do Estatuto de Westminster, quando a África do Sul deixou de ser um domínio e se tornou parte do *Commonwealth* britânico. Em 31 de maio de 1961, após a realização de um referendo, a África do Sul se retirou do Commonwealth deixando de ser uma União e se tornando uma República (MAZRUI, 2010). Ainda hoje, ao acessar o *website* da SADC é possível verificar que consta como dia da independência sul africana, 27 de abril de 1994, data da primeira eleição pós *apartheid*.

⁶ Alterou o nome do país, de Suazilândia para Essuatíni, em 2018.

Moçambique	25/06/1975	-	Portugal
Namíbia	21/03/1990	África do Sudoeste	Alemanha e África do Sul
Tanzânia ⁷	27/04/1964	Tanganyika e Zanzibar	Alemanha e Grã-Bretanha
Zâmbia	24/10/1964	Rodésia do Norte	Grã-Bretanha
Zimbábue ⁸	18/04/1980	Rodésia do Sul	Grã-Bretanha

Fonte: Elaborado pela autora baseado em Mazrui (2010)

Partindo do estudo do contexto regional do período a ser analisado pelo estudo, entre 1975 e 1994, assim como das décadas antecedentes; munida da compreensão de que as circunstâncias regionais foram profundamente afetadas por décadas de dominação estrangeira, bem como os governos de minoria branca erigidos como um resultado nefasto dessa dominação, esta dissertação se propõe a responder a seguinte questão: como os governos de minoria branca da África do Sul, Namíbia e Zimbábue influenciaram indiretamente a formação da SADC?

A partir desta pergunta de pesquisa pretende-se testar a hipótese de que a criação da SADC foi o resultado das estratégias adotadas pelos países da África Austral para conter os governos de minoria branca da região. A escolha pela África do Sul, Namíbia e Zimbábue para essa pesquisa se justifica por serem os países na África Austral que possuíam uma população significativa de colonos brancos (SCHMIDT, 2013), além de no período compreendido pelo estudo serem os únicos países da região que possuíam governos de minoria branca.

A escolha dos países da África Austral, ao optarem pelo regionalismo como ferramenta de enfrentamento dos governos de minoria branca da região, se justifica pelo fato de que problemas regionais requerem soluções regionais, já que existem muitos aspectos em que a região é o nível de ação mais apropriado e as instituições têm respondido às crises, ainda que de maneira não uniforme. (FAWCETT, 2005). Ainda de acordo com Fawcett (2005, p. 22, tradução própria) “[...] o regionalismo é

⁷ República Unida da Tanzânia foi o nome adotado em 27/04/1964 após a união de Tanganyika (maior parte da antiga colônia alemã África Oriental) que se tornou independente em 09/12/1961 e Zanzibar que se tornou independente em 10/12/1963.

⁸ A Rodésia do Sul formou com a Rodésia do Norte e Niassalândia uma Federação de 1953-1963.

desejável e necessário porque geograficamente, idealmente e funcionalmente, é adequado para abordar questões de governança regional”, especialmente porque num mundo de desafios complexos as instituições multilaterais estão sobrecarregadas e os países, por vezes, são inadequados para enfrentar as ameaças que se apresentam.

Esta dissertação discorre sobre o processo de criação de um bloco de integração africano a partir da perspectiva do regionalismo, institucionalismo histórico e as estratégias dos países da África Austral para lidar com os governos de minoria branca da região, portanto, é um trabalho que contribuirá com a Ciência Política e Relações Internacionais a partir do estudo do institucionalismo histórico, do regionalismo da África Austral e das consequências do colonialismo e das relações políticas pós coloniais.

Fawcett (2005, p. 26, tradução própria) afirma que além das dificuldades relacionadas às discussões sobre regionalização, outro problema é o eurocentrismo de um fenômeno global, já que em uma pesquisa superficial da literatura “revela um enorme e frequentemente inútil viés em termos de análise e explicação do progresso e perspectiva em termos da experiência Europeia”. Em complemento, Bach (2005, p. 172, tradução própria) afirma que “na literatura não-africanista, o regionalismo africano raramente é mencionado.” Portanto, a principal justificativa para o desenvolvimento deste estudo é que ao trabalhar com o regionalismo africano, pretende-se contribuir com a literatura a partir de uma visão não eurocêntrica, pretende-se também fomentar o conhecimento e interesse pelos estudos da política africana, contribuindo assim com a literatura por meio de um pesquisa de excelência e, conseqüente, superar o *gap* temático visto que há uma escassez de pesquisas no que diz respeito à política africana na Ciência Política brasileira.

Esta pesquisa pretende contribuir com o campo da política africana da região Austral a partir da teoria do institucionalismo histórico, visto que um número modesto de estudos aplicando a teoria do institucionalismo histórico para a análise/estudo das instituições na África subsaariana foram desenvolvidos até o momento.

Conforme Erdmann, Elischer e Stroh (2011) algumas razões são apontadas para o reduzido número de pesquisas no contexto da política africana que faz uso do institucionalismo histórico, entre elas: o pouco tempo de existência das instituições e a pouca importância atribuída às instituições formais.

Outro aspecto positivo desta pesquisa é a análise do ELF, uma das organizações antecedentes da SADC. De acordo com Omari (1991) a formação da aliança do ELF em 1975 foi um dos acontecimentos mais importantes da África Austral contemporânea, e de acordo com o autor o que torna o ELF tão importante é que nem antes nem depois um grupo de presidentes africanos se uniu de maneira tão significativa em impacto, visibilidade e credibilidade como a aliança do ELF, mas apesar disso, o conhecimento na Ciência Política brasileira sobre a aliança ainda é reduzido, ressaltando-se a escassez de pesquisas, análises e documentos relativos ao ELF, não apenas no campo da Ciência Política brasileira, razão pela qual a descrição relativa ao ELF se baseia quase exclusivamente em Omari (1991).

Diante do que já foi apontado anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa é identificar, descrever e analisar as estratégias adotadas pelos países da região da África Austral, entre os anos 1975 e 1994, para enfrentar os governos de minoria branca da região. Enquanto objetivo específico pretende-se descrever o contexto regional da África Austral por meio da análise bibliográfica e documental.

O estudo de caso proposto analisará o processo de criação da SADC, a partir das duas organizações precedentes o ELF e a SADCC, se baseando em análises bibliográficas, histórica-descritiva e documental e, por fim, o teste de hipótese será realizado utilizando o rastreamento de processo⁹.

O rastreamento de processo envolve a análise profunda de um caso que precisa incluir um efeito/resultado, uma hipótese e o processo que liga a hipótese ao efeito; o tipo de rastreamento de processo que será usado é o teste de teoria que é aplicado quando se conhece a causa e o resultado, acredita-se que existe uma ligação entre a causa e o resultado, e acredita-se conhecer a porquê a causa leva

⁹*Process tracing*

ao resultado, optando-se pelo teste *smoking gun* (APPLYING, 2015). Por fim, o mecanismo é descrito na forma de teorias sobre ‘como’ e ‘porquê’ um evento levou ao outro (BEACH; PEDERSEN, 2013 *apud* APPLYING, 2015).

A escolha do período a ser estudado foi baseado na necessidade de definir um período de análise que seja exequível durante o mestrado. Definiu-se, portanto, o período de início das análises para 1975, ano da criação da ELF, uma das duas iniciativas que precederam o objeto de estudo. Por sua vez, 1994 foi definido como último ano de análise, visto que se trata do ano em que o *apartheid* na África do Sul termina e também o ano em que o país ingressa na SADC.

A escolha do período de análise também se justifica com base no fato de que para pesquisas históricas a alteração do contexto é indicada pela passagem do tempo, e desta forma, a periodização desempenha um papel de relevância no desenvolvimento da causalidade, inclusive porque os mecanismos causais são dependentes do contexto (FALLETI; LYNCH, 2009).

Diante da questão de pesquisa, optou-se por um estudo de caso qualitativo do tipo misto descritivo-explicativo. Ao referir-se a um estudo de caso, uma miríade de descrições emergem podendo significar que o método da pesquisa é qualitativo, que o N é pequeno, que utiliza-se um tipo de evidência específica, que a pesquisa examina uma única observação, entre outros (GERRING, 2009). Neste estudo adota-se a definição apresentada por Gerring de que “um estudo de caso pode ser entendido como o estudo intensivo de um único caso com o objetivo de entender uma classe maior de casos” (2009, p. 95, tradução própria).

De acordo com o exposto no parágrafo acima, a unidade de análise deste estudo é o processo de criação da SADC, que é uma organização regional precedida por outras organizações (SADCC e ELF) e cuja pesquisa será desenvolvida sob a perspectiva do institucionalismo histórico e do regionalismo. Desse modo pretende-se alcançar o proposto por Gerring (2009), ou seja, entender os processos de criação das organizações regionais da África Austral a partir do estudo intensivo do caso da SADC, com a especificidade de ter sido um processo

influenciado pela segregação racial representada pelos governos de minoria branca de três países: África do Sul, Namíbia e Zimbábue.

Gerring (2009) defende que o estudo de caso é profícuo quando o objetivo da pesquisa é elucidar os mecanismos causais, que são definidos por Falletti e Lynch (2009, p. 1145, tradução própria) “como conceitos ou padrões relativamente abstratos de ação que podem viajar [...] de uma causa a outra e que explicam como uma causa hipotética cria um resultado específico em um determinado contexto”.

Os mecanismos causais também são definidos como elos entre as variáveis dependentes (resultado) e as variáveis independentes que se referem ao fator explicativo do qual o resultado é conexo (FALLETTI; LYNCH, 2009; GERRING, 2009). Assim, quando bem estruturado, o estudo de caso permite a localização dos fatores situados entre a causa estrutural e o efeito (GERRING, 2009).

Por fim, esta dissertação está estruturada em dois capítulos, introdução e conclusão. No primeiro capítulo são discutidas as teorias de regionalismo e institucionalismo histórico, no primeiro e segundo tópicos respectivamente, no terceiro tópico é discutido o conceito de governos de minoria branca e nos três sub tópicos são discutidos os governos de minoria branca da África do Sul, Namíbia e Zimbábue abordando especialmente as políticas segregacionistas desses países no período anterior a 1975.

No segundo capítulo são abordadas a história e as estratégias adotadas pelos países da África Austral para enfrentar os governos de minoria branca da região, o primeiro tópico se concentra em 1975 a 1980 abrangendo a formação do ELF até a independência do Zimbábue. No segundo tópico o foco está na formação da SADCC até a independência da Namíbia, abrangendo portanto o período de 1980 a 1990. E, por fim, o último tópico se concentra na formação da SADC.

2 “A Árvore Gigante Nasce de um Grão”¹⁰

Este é um capítulo teórico, que emprega fontes primárias e secundárias, cujo objetivo principal é introduzir e discutir conceitos fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. Para tanto, utilizou-se da revisão de literatura e da análise documental para discutir conceitos e contextualizar brevemente o tema. Este capítulo está dividido em três tópicos principais: 2.1 Regionalismo; 2.2 Institucionalismo histórico; e 2.3 Governos segregacionistas de minoria branca.

No primeiro tópico, Regionalismo, são apresentados e discutidos os diferentes conceitos de região, regionalização, regionalismo e integração econômica regional. Embora esta pesquisa utilize a abordagem teórica do Regionalismo, considerou-se importante trazer para a discussão os demais conceitos relacionados apresentados acima por três razões: 1) todos esses conceitos se entrelaçam exercendo influência e sendo influenciados um pelo outro; 2) na literatura, por vezes, alguns desses conceitos são apresentados como sinônimos, então para evitar possíveis confusões, optou-se por diferenciá-los; 3) e, por fim, pelo fato de que a SADC é o resultado de um processo de regionalismo e uma Comunidade Econômica Regional (CER).

No segundo tópico, Institucionalismo histórico, são abordados os conceitos relacionados à teoria de Institucionalismo histórico, tais como, intercorrência, conjuntura crítica, dependência de trajetória, temporalidade e outros, assim como instituições e organizações formais e informais, bem como o número reduzido de pesquisas de política africana que aplicam o institucionalismo histórico.

No terceiro tópico, Governos segregacionistas de minoria branca, são apresentados e discutidos os conceitos de governos de minoria branca e objetivando a familiarização com o contexto político e histórico da África Austral são discutidos, principalmente através das legislações segregacionistas desses países, o histórico dos governos de minoria branca da África do Sul, Namíbia e Zimbábue com foco no

¹⁰ “Há uma frase proverbial da África Ocidental que diz: “A árvore gigante nasce de um grão” costuma ser evocada para exprimir a ideia de que um futuro grandioso está anunciado em sua origem, em outras palavras, que o futuro se liga umbilicalmente ao passado.” (José Rivair Macedo)

período anterior a 1975.

2.1 Regionalismo

Hurrell (1995) ao discutir a definição de regionalismo propõe a decomposição do termo em cinco categorias diferentes de análise, nomeadamente: regionalização; consciência e identidade regionais; cooperação regional entre Estados; integração econômica regional promovida pelo Estado; e, coesão regional. Algumas dessas categorias serão discutidas ao longo deste capítulo em razão da sua pertinência para este estudo.

Para o propósito deste estudo, entretanto, optou-se por adotar a definição proposta por Söderbaum e Granit (2014) segundo a qual regionalismo diz respeito aos objetivos, valores e identidades comuns que levam à cooperação regional ou à formação de uma região dentro de uma área geográfica, sendo este um processo liderado pelos Estados. Segundo os autores, isso frequentemente leva ao desenvolvimento de instituições regionais e redes de governança, com o intento de moldar a ação coletiva.

Khadiagala (2011; 2013) ressalta que muitos estudos sobre regionalismo distinguem entre integração regional e cooperação regional para diferenciar o processo do resultado. Desta forma, “cooperação regional é uma forma mais flexível de regionalismo, denotando a coordenação e coalescência de políticas em torno de objetivos comuns” (KHADIAGALA, 2011, p. 1, tradução própria), assim, a cooperação regional é um processo que pode acarretar na integração regional. Por outro lado, a integração regional é o resultado do processo de cooperação, no qual os países concordam, por meio de acordos, em cooperar em áreas de interesse comum tais como comércio, desenvolvimento de infraestrutura, investimento e outros, além de ser um fenômeno supervisionado pelos governantes dos Estados envolvidos e onde os Estados cedem alguns atributos da soberania (KHADIAGALA, 2011; 2013; MWITHIGA, 2015; VHUMBUNU, 2019).

Um aspecto interessante nos processos de regionalismo se refere à diferença

quanto aos níveis de legalização e institucionalização. Alguns países podem preferir a flexibilidade proporcionada por acordos informais, enquanto outros preferem os benefícios e obrigações garantidos por acordos formais. (FAWCETT, 2016; KOREMENOS; LIPSON; SNIDAL, 2001). É importante destacar, contudo, que as preferências dos países não são imutáveis, pelo contrário, a preferência e posição adotada por um Estado se modifica de acordo com o contexto global, regional e doméstico enfrentado.

Com a mudança dos contextos históricos, os motores e as características dos processos de regionalismo foram alterados, a globalização tornou o regionalismo mais complexo sendo necessário uma diferenciação entre o regionalismo clássico e o regionalismo contemporâneo¹¹, sendo o primeiro uma forma de cooperação regional intergovernamental liderado pelos Estados, enquanto o segundo é um fenômeno mais heterogêneo (SÖDERBAUM; GRANIT, 2014).

A primeira onda de regionalismo ocorreu entre as décadas de 1950 e 1970, de acordo com Söderbaum e Granit (2014) diversos projetos de regionalismo nunca foram iniciados ou colapsaram na América Latina e na África. Khadiagala (2013) aponta duas fases de construção de instituições regionais continentais e subcontinentais na África, dirigidas por questões econômicas ou securitárias, a primeira fase entre as décadas de 1960-1990 e a segunda fase da década de 1990 em diante.

De acordo com Sanahuja (2012)¹² o termo regionalismo clássico foi usado durante a Guerra Fria para descrever estratégias econômicas e de segurança. As estratégias de integração econômica tinham algum nível de autonomia para buscar desenvolvimento, enquanto as organizações de segurança regional eram estabelecidas para manter alianças militares e a balança de poder num mundo bipolar, até a década de 1980, quando esse modelo de regionalismo entrou em declínio.

Söderbaum e Granit (2014) listam seis características do regionalismo

¹¹ Também conhecidos como velho regionalismo e novo regionalismo respectivamente.

¹² A pesquisa de Sanahuja (2012) é focada na região da América Latina.

clássico: modelado pelo fenômeno europeu; voltado para objetivos específicos (normalmente por setores); moldado pela lógica da Guerra Fria e imposto pelas super potências; exclusivo em termos de membros; frequentemente protecionista; dominado pelos Estados com organizações regionais intergovernamentais.

O regionalismo contemporâneo que surge após a Guerra Fria, na década de 1990, tem como característica a multidimensionalidade e está focado em aprimorar a posição internacional da região. O regionalismo contemporâneo é uma resposta aos desafios de política e segurança do pós Guerra Fria e globalização, uma vez que as agendas das organizações foram ampliadas para abranger questões de meio ambiente, imigração e segurança regional cujas respostas nacionais não eram suficientes (SANAHUJA, 2012). Em outras palavras, o regionalismo contemporâneo é composto por aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que extrapolam a preocupação tradicional ou econômica (POKU, 2001).

Consoante à Sanahuja (2012), Söderbaum e Granit (2014) apresentam seis características do regionalismo contemporâneo: moldado pela ordem multipolar; fenômeno global e heterogêneo; multipropósito (mais focado na política); inclusivo em relação aos membros; ligado aos desafios globais e à globalização; construído por Estados, mercado e sociedade civil com várias formas institucionais.

Os conceitos de regionalismo e integração regional são utilizados por diversos pesquisadores como sinônimos, em algumas publicações também é possível encontrar o termo integração regional como sinônimo de integração econômica regional, diante disso, neste estudo optou-se pelo uso dos termos regionalismo e integração econômica regional para evitar possíveis confusões.

Sobre o fenômeno construção de região, Louise Fawcett (2016) ressalta que essas discussões ocorrem em um contexto global, influenciados por padrões amplos e, portanto, é indispensável analisar o contexto abrangente e como ele se desenvolve ao longo do tempo enquanto simultaneamente as especificidades da região são intimamente conectadas com esse processo, assim, é necessário também estudar as particularidades e variantes da região. Neste estudo da África

Austral é importante a análise da justaposição entre o regional e o global, ao mesmo tempo em que todo o continente africano foi afetado pela Guerra Fria e seu término, pelos processos de globalização e descolonização. Cada região africana também se desenvolveu de maneira particular e respondeu aos acontecimentos locais conforme as experiências históricas e tradições compartilhadas.

Unísono ao afirmado acima, o conceito região não é objetivo e varia amplamente ao longo dos contextos históricos e culturais, portanto, definir o que se entende como região é fundamental ao trabalhar com regionalismo (VHUMBUNU, 2019; SÖDERBAUM; GRANIT, 2014). Ademais, todas as regiões são socialmente e politicamente construídas a partir da forma como os atores políticos percebem a ideia de região e, portanto, suscetíveis a serem politicamente contestadas (HURRELL, 1995; SÖDERBAUM, 2004).

O conceito de região, como apontado por Söderbaum e Granit (2014, p. 15, tradução própria), “[...] evoluiu historicamente para significar um espaço entre o nacional e o local dentro de um Estado (ou um ‘Estado-nação’)”, isso significa que pode ser definido em termos de microrregião ou região sub-nacional. Todavia, o termo região também pode se referir a macro-região, que é uma unidade internacional uma vez que existe entre o nacional e o global, tal como a região da África Austral. Börzel e Risse (2016) também situam região entre o nacional e o global, além de ser um conceito socialmente construído que faz referência a uma locação territorial e geográfica.

Diante da discussão sobre região como um conceito construído socialmente a partir da ideia dos atores políticos, pode se pensar na região da África Austral a partir da SADC que atualmente é constituída por 16 países membros, nomeadamente: África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, República Democrática do Congo¹³, Essuatíni, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, conforme figura abaixo.

¹³ Nomeado de Zaire até 17/05/1997

Figura 1 - Países Membros da SADC

Fonte: SADC (2021a)

Contudo, essa divisão da África Austral não é um consenso. As regiões geográficas apresentadas pela Divisão de Estatística do Secretariado das Nações Unidas são baseadas nas regiões continentais e são divididas em sub-regiões. A África, por exemplo, é dividida entre Norte da África e África Subsaariana; e a África Subsaariana é dividida entre África Oriental, África Central, África Ocidental e a África Austral que é composta por cinco países: África do Sul, Botsuana, Essuatíni, Lesoto e Namíbia. (UNSTATS, 2021). Os demais países membros da SADC pertencendo às sub-regiões da África Central (Angola e República Democrática do Congo) e África Oriental (Comores, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Seicheles, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) segundo a metodologia adotada pela ONU. Neste estudo adotou-se uma definição ampla de África Austral, que abrange os nove países fundadores da SADC (Angola, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Namíbia, Malauí, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) mais a África do Sul.

Regionalização é definida por Hurrell (1995, p. 26) como “[...] crescimento da integração da sociedade em uma região e aos processos muitas vezes não dirigidos de interação social e econômica”. De modo similar, Börzel e Risse (2016, p. 9) definem regionalização como “processos de aumento das interações econômicas, políticas, sociais ou culturais entre Estados e sociedades geograficamente ou

culturalmente contíguos”.

A regionalização, portanto, é o aumento da interdependência intra regional (MALAMUD, 2011) se configurando como um processo espontâneo, não liderado pelo Estado, que envolve a circulação crescente de pessoas e diversos atores não estatais na construção de redes sociais formais e informais por meio das quais ideias, atitudes e formas de pensar espalham de um local a outro (HURRELL, 1995; BÖRZEL; RISSE, 2016). O processo de regionalização e regionalismo podem, ainda, se retroalimentar, ou seja, a regionalização pode fortalecer o regionalismo, o que por sua vez reforça a regionalização, contudo, ressalta-se que o motor principal da regionalização é o mercado e a sociedade civil (MALAMUD, 2011).

O regionalismo econômico é uma das mais importantes categorias de análise de regionalismo e de acordo com Söderbaum e Granit (2014, p. 19, tradução própria) “[...] um projeto de integração econômica regional deve ser orientado para o mercado, voltado para o exterior e remover obstáculos à livre circulação de bens, serviços, capital e investimento dentro da região, bem como para o resto do mundo.”

Asante (1997) ressalta, no entanto, que a integração econômica não é um objetivo em si mesmo, mas serve a objetivos econômicos e políticos maiores. Ainda de acordo com Asante (1997), no contexto africano a integração econômica precisa ser ampla e flexível para abarcar ponderações econômicas, políticas, sociais e culturais.

Diversos países se envolvem em CER por razões econômicas, contudo, é importante ressaltar que interesse econômico não é o único motivo pelo qual um país ingressa em uma CER. O objetivo econômico pode, ou não, estar atrelado a interesses políticos e securitários, da mesma forma que o caráter econômico pode estar relacionado à compartilharem cultura e valores e possuírem um histórico de cooperação, aspectos que geralmente são fortalecidos pelas fronteiras comuns (MWITHIGA, 2015; FAWCETT, 2016).

No continente africano o propósito das CER¹⁴ é facilitar a integração

¹⁴ A União Africana (UA) reconhece a existência de oito Comunidades Econômicas Regionais na África: União do Magrebe Árabe (AMU - Arab Maghreb Union); Mercado Comum da África Oriental e

econômica regional entre os membros das regiões individualmente e entre a Comunidade Econômica Africana (CEA) de maneira mais ampla (AFRICAN UNION, 2020). As CER na África também são conhecidas como Acordos de Integração Regional cujo foco principal está na remoção de barreiras impostas por políticas para o comércio de bens e ao movimento de pessoas e capital (MELO; SOLLEDER; SORGHO, 2020).

2.2 Institucionalismo histórico

Inicialmente é importante definir o que são instituições de acordo com a abordagem do institucionalismo histórico. Para Hall e Taylor (2003, p. 196), de forma geral, instituições são “[...] os procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política.” Erdmann, Elischer e Stroh (2011) ressaltam que os atores - organizações - criam instituições que por sua vez vão estruturar o comportamento dos atores.

De modo similar á Hall e Taylor (2003), Levitsky e Helmke (2006, p. 5, tradução própria) definem instituições como “[...] regras e procedimentos que estruturam a interação social, restringindo e permitindo o comportamento dos atores” essas definições, contudo, podem ser aplicadas à instituições formais e informais, sendo necessário diferenciá-las, os autores então definem instituições formais como “[...] regras e procedimentos criados, comunicados e aplicados por meio de canais amplamente aceitos como oficiais.” e instituições informais como “[...] regras socialmente compartilhadas, geralmente não escritas, que são criadas, comunicadas e aplicadas fora dos canais oficialmente sancionados.”

Austral (COMESA - Common Market for Eastern and Southern Africa); Comunidade dos Estados do Sahel-Saara (CEN-SAD - Community of Sahel-Saharan States); Comunidade da África Oriental (EAC - East African Community); Comunidade Econômica dos Estados da África Central (ECCAS - Economic Community of Central African States); Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS - Economic Community of West African States); Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD - Intergovernmental Authority on Development); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC - Southern African Development Community). (AFRICAN UNION, 2020).

Sobre a diferença entre instituições formais e informais, Erdmann, Elischer e Stroh (2011) apontam que elas se diferenciam pelo fato de que as instituições formais são criadas de maneira formal, geralmente por meios legais, e só então implementadas, embora a implementação possa ser parcial, enquanto as instituições informais existem porque foram implementadas por um certo período de tempo, posto que não foram formalmente criadas.

Uma vez apresentadas as diferenças e características das instituições formais e informais, é importante definir as organizações intergovernamentais formais e informais. Klabbers (2016) aponta que as organizações internacionais são criadas em um contexto histórico específico de acordo com as necessidades e/ou vontades dos atores e podem ser formais ou informais. Volgy, Fausett, Grant e Rodgers (2008, p. 839, tradução própria) definem organizações intergovernamentais formais como

[...] entidades criadas com estrutura organizacional e autonomia suficientes para fornecer processos formais, contínuos e multilaterais de tomada de decisão entre os estados, juntamente com a capacidade de executar a vontade coletiva de seus membros (Estados). (VOLGY; FAUSETT; GRANT; RODGERS, 2008, p. 839, tradução própria).

ao passo que as organizações intergovernamentais informais são definidas por Vabulas e Snidal (2013; 2021) como portadoras das seguintes características: 1) compartilham explicitamente o propósito de se unirem, embora não seja formalizado; 2) os Estados membros são associados, isso significa que são associados por reconhecimento mútuo e cuja associação pode ser orientada pela proximidade geográfica ou conexões; e, 3) participam de reuniões recorrentes para compartilhar informações e discutir problemas em comuns, embora não tenham um cronograma, e não têm secretariado independente ou uma sede.

É importante apontar que as organizações informais são importantes por seus próprios méritos e não uma etapa no processo de formalização das organizações, assim como essas organizações podem ser mais ou menos formalizadas (VABULAS; SNIDAL, 2013; 2021).

O institucionalismo histórico é a agenda de pesquisa que analisa “como os processos e eventos temporais (tempo e espaço) influenciam a origem e a

transformação das instituições que governam as relações políticas e econômicas” e cujo objetivo é aumentar a compreensão dos fenômenos políticos. (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016, p. 2). Fioretos, Falleti e Sheingate (2016), apontam que a ênfase dessa abordagem do institucionalismo está em “como o momento e a sequência dos eventos, geram instituições formais e informais e como seu surgimento e mudança impactam as políticas públicas e as distribuições de autoridade política” (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016, p. 2). As grandes hipóteses do institucionalismo histórico e os argumentos gerais que diferenciam a abordagem são apresentados a seguir.

A importância da conjuntura crítica reside no fato de que, nos estudos institucionais históricos, podem ser marcadores iniciais do processo de dependência de trajetória (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016). Collier e Collier (1991, p. 29, tradução própria) definem conjuntura crítica “como um período de mudança significativa que tipicamente ocorre em maneiras distintas [...] e que hipoteticamente produz legados distintos.” Em complemento, Capoccia e Kelemen (2007) afirmam que as conjunturas críticas são períodos de tempo mais curtos do que a dependência de trajetória que resulta deles.

De acordo com Fioretos, Falleti e Sheingate (2016) o conceito de dependência de trajetória foi extensivamente aplicado ao institucionalismo histórico a partir do questionamento dos pesquisadores que buscavam as razões pelas quais as instituições se mantinham, mesmo que não fossem mais eficientes. Segundo os autores, há um entendimento quanto ao significado do termo que descreve “uma situação em que reverter uma tendência (ou caminho) se torna mais difícil ao longo do tempo” (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016, p. 10, tradução própria).

Intercorrência é um termo que foi introduzido por Orren e Skowronek (1994) e se refere ao fato da criação, reprodução e mudança institucional ser um processo contínuo, isso resulta na criação de estruturas e instituições em camadas (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016).

A perspectiva do processo de mudança institucional gradual advoga que são

as disputas políticas diárias que moldam as estruturas das instituições e podem ser a fonte de mudanças severas, em vez das rupturas singulares. Assim, essas mudanças são melhor compreendidas como o resultado cumulativo de várias décadas (PIERSON, 2003; MAHONEY, THELEN, 2010).

Lieberman (2001) propõe quatro estratégias para a periodização em pesquisas de análise histórico-institucional, são elas: as origens institucionais, a mudança institucional, choque exógeno e causas rivais. Para Falletti e Lynch (2009) essas estratégias abrem possibilidades para considerarmos os processos causais como originados pela interação entre os diversos aspectos do contexto, acrescentando a ressalva feita por Lieberman (2001) de que cada estratégia está relacionada a certas condições e são limitadas para a realização de inferências causais.

Cabe salientar que é a relação entre o mecanismo causal e o contexto que determinará o resultado, em outras palavras, ainda que se tenha o mesmo mecanismo operando, porém em contextos diferentes, isso acarretará em resultados divergentes. Consequentemente, é necessário distinguir entre mecanismo e o contexto no qual ele opera, ademais, o desempenho do contexto na produção dos resultados é um desafio, especialmente porque os contextos sociais abarcam diversas camadas não sincronizadas e todas potencialmente relevantes (FALLETTI; LYNCH, 2009).

O contexto, portanto, é uma característica fundamental no desenvolvimento deste estudo, e aqui será adotada a definição de Falletti e Lynch (2009, p. 1143 e 1152, tradução própria) que estabelece contexto “como os aspectos relevantes de uma configuração na qual uma matriz de condições leva a um resultado de um escopo e significado definidos via mecanismos causais ou um conjunto de mecanismo causais”.

As pesquisas na área de ciência política que possuem uma orientação histórica, como as que se baseiam no institucionalismo histórico, se destacam pela expectativa de que os aspectos temporais são fundamentais para esclarecer os

resultados (FALLETI; LYNCH, 2009). Falleti e Lynch (2009) destacam três aspectos da temporalidade, o sequenciamento; o tempo e duração; e o início. Este último aspecto é mais notório porque está diretamente relacionado à dependência de trajetória, ou seja, no centro de muitas pesquisas relacionadas ao institucionalismo histórico.

Erdmann, Elischer e Stroh (2011) apontam que a falta de análises histórico institucionais da política africana é explicada por algumas razões, como o fato de que pesquisadores africanistas consideram a abordagem do institucionalismo histórico muito ocidental e alegam que o foco em instituições formais na política africana é irrelevante; outro é a alegação de que essa abordagem é direcionada a explicar a continuidade e menos adequada para explicar as mudanças, o que é devido a uma ênfase na literatura na dependência de trajetória.

A respeito do argumento de que o tempo de existência das instituições políticas africanas são muito curtos para detecção de uma dependência de trajetória, Erdmann, Elischer e Stroh (2011) indicam que não há um período de tempo requerido para aplicação do institucionalismo histórico a priori. Ademais, enquanto a alta frequência de mudança na política africana sugira que seja difícil identificar a dependência de trajetória, os autores reforçam que identificar as conjunturas críticas, que são os momentos de criação das instituições, é igualmente importante.

Por fim, “não há razão metodológica ou teórica para que alguém não deva usar os conceitos do institucionalismo histórico para a explicação do desenvolvimento da política na África [...]”. Erdmann, Elischer e Stroh (2011, p. 14, tradução própria).

2.3 Governos segregacionistas de minoria branca

Sobre a região da África Austral em meados o século XX Chanaiwa (2010) ressalta

[...] no limiar da formalização do apartheid, a África Austral caracterizava-se por uma política fundada na desigualdade, no racismo, na exploração e na repressão, assim como pela existência de uma minoria que se apoderava da riqueza e do poder em meio a uma massa de indigentes. (CHANAIWA,

2010, p. 302).

Neste estudo, optou-se pelo uso do termo governos de minoria branca¹⁵ porque parte-se da definição de governo “como o conjunto de pessoas que exercem o poder político e que determinam a orientação política de uma determinada sociedade.” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 553). Portanto, as pessoas que exerceram o poder político nesses países (África do Sul, Namíbia e Zimbábue) no período de análise deste estudo (1975-1994) foram pessoas brancas que instituíram legislações segregacionistas que objetivavam a manutenção do poder político e econômico. Cabe ressaltar, no entanto, que o governo de minoria branca de cada um desses países chegou ao fim em períodos distintos: Zimbábue em 1980, Namíbia em 1990 e África do Sul em 1994.

As lutas de libertação da África do Sul, Namíbia e Zimbábue possuem características distintas, posto que a Namíbia realizou de fato uma transição de um governo colonial para a independência, enquanto a África do Sul já era um Estado independente e soberano, ainda que a depender do ponto de vista seja possível questionar se o governo era legítimo ou ilegítimo. Considerando a diferença entre os conceitos de independência¹⁶ e descolonização¹⁷, uma vez que se propõe um governo de maioria como condição necessária para a descolonização, conclui-se que a África do Sul somente foi descolonizada em 1994 quando o poder foi transferido de um governo minoritário para um governo majoritário como resultado de um processo democrático e reconhecido como legítimo (SAUNDERS, 1992; SAUNDERS, 2017). Ademais, a SADC reconhece 27 de abril de 1994, data da eleição que marca o fim do *apartheid*, como dia da independência da África do Sul (SADC, 2021a).

¹⁵ Sobre os termos minoria e maioria Wallerstein (1987) aponta que não se referem a conceitos aritméticos e sim ao nível de poder social o que significa que maiorias numéricas podem ser minorias sociais. Aqui adota-se governo de minoria e de maioria para se referir à minoria e maioria numérica respectivamente.

¹⁶ Em se tratando de países que foram ocupados, a independência se refere a conquista de um autogoverno completo. (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2007).

¹⁷ Saunders (2017, p. 100, tradução própria) adota o conceito de descolonização “no sentido político do fim do regime colonial”.

A Namíbia era uma colônia alemã até 1915, quando foi ocupada pela África do Sul, que manteve o controle até a independência do país em 21 de março de 1990, apesar do ONU ter declarado a ocupação ilegal na década de 1960. O Zimbábue permaneceu como colônia britânica até 1965, quando o governo de Ian Smith emitiu uma Declaração Unilateral de Independência (DUI) que não foi reconhecida internacionalmente e cuja independência oficial ocorreu em 18 de abril de 1980 com a eleição de um governo majoritário.

A respeito dos governos de minoria branca na África Austral, especialmente na África do Sul, é importante ressaltar que se mantiveram no poder por um longo período de tempo porque receberam apoio de países como Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e outros, devido ao contexto mundial de Guerra Fria, os governos de minoria branca com um número significativo de colonos rejeitavam a ideia de independência e da transferência de poder para a maioria preta e para se manterem no poder usavam a Guerra Fria para ganhar o apoio ocidental (SCHMIDT, 2013).

No início da década de 1980 os EUA já havia ultrapassado a Grã-Bretanha como principal parceiro comercial da África do Sul, os EUA tinham interesse nos minerais sul africanos, mas também se envolveram em outras áreas e a tecnologia estadunidense foi essencial no desenvolvimento de armas nucleares na África do Sul, os bancos estadunidenses também forneceram bilhões de dólares em empréstimos que permitiram à África do Sul desenvolver projetos de infraestrutura, além dos EUA terem vetado diversas resoluções no Conselho de Segurança da ONU e assim protegeu o regime do *apartheid* (SCHMIDT, 2013).

Schmidt (2013) indica que a Grã-Bretanha, França, Alemanha Ocidental e Israel também foram importantes na manutenção do *apartheid* como parceiros comerciais e investidores, a França continuou vendendo armas para a África do Sul, mesmo após o embargo voluntário de armas da ONU em 1963 e Israel que havia começado a exportar equipamento militar para a África do Sul após as guerras árabe-israelense contiuiu a prática mesmo após o embargo obrigatório de armas da

ONU em 1977.

2.3.1 África do Sul

A África do Sul permaneceu como Domínio¹⁸ britânico até 1934, momento em que o Estatuto de Westminster - aprovado pelo Parlamento Britânico em 1931 - foi adotado pela lei sul africana, por meio da Lei do *Status* da União¹⁹ (SAUNDERS, 2017), porém o país permaneceu como parte do *Commonwealth*²⁰ britânico até 1961 quando decidiu se retirar e se tornar uma república, a República da África do Sul (RAS).

A África Austral é a sub região que abrigou o último grande desafio do continente no tocante à questão racial, e o ano de 1948, com a vitória do Partido Nacional na África do Sul, marca o avanço da perseguição racial, o *apartheid*, que, de acordo com Chanaiwa (2010), é uma nova modalidade de fascismo. *Apartheid* significa “separação” na língua africaner, e normalmente se traduz por “identidade separada” e representa a “manutenção da supremacia de uma aristocracia branca, baseada numa rígida hierarquia de castas raciais, para as quais existe uma correlação direta entre a cor da pele e as possibilidades de acesso aos direitos e ao poder social e político” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 53). Similarmente, Schmidt (2013, p. 105, tradução própria) afirma que o *apartheid* “[...] foi um brutal sistema político, econômico e social na África do Sul que alocou os direitos e privilégios com base na raça”, De modo complementar, Pinto (2007, p. 394) destaca que a política do *apartheid* “[...] legitimou um sistema totalitário de discriminação racial, espacial, jurídico, político, econômico, social e cultural”.

Sobre os acontecimentos na região da África Austral no período de 1960 a 1994, a Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul declarou:

¹⁸ “1. Nesta Lei, “Domínio” se refere a qualquer um dos seguintes Domínios, isto é, o Domínio do Canadá, a Comunidade da Austrália, o Domínio da Nova Zelândia, a União da África do Sul, o Estado Livre da Irlanda e a Terra Nova.” (Statute of Westminster, 1931, p. 2, chapter 4, tradução própria).

¹⁹ Status of the Union Act

²⁰ *Commonwealth* e definido por Ashcroft, Griffiths e Tiffin (2007, p. 57, tradução própria) como “a comunidade política constituída pelo antigo Império britânico e é constituída pelo Reino Unido, suas dependências e algumas ex-colônias que agora são nações soberanas.”

Em um contexto continental, isso representou o último grande capítulo na luta pela descolonização africana. No contexto específico da África do Sul, foi a fase culminante de um conflito que remonta até meados do século XVII, quando os colonos europeus buscaram pela primeira vez estabelecer uma presença permanente no subcontinente. (SOUTH AFRICA, 1998, volume 1, p. 25, tradução própria).

Cabe ressaltar que o período coberto pela Comissão, de 1960 até 1994, aborda apenas uma pequena parte da história de violação de direitos humanos na região da África Austral. A África do Sul já havia adotado legislação segregacionista antes de 1948, tais como: a Lei de Terras dos Pretos²¹, a Lei sobre a Conciliação na Indústria²² e a Lei de Representação dos Nativos²³, estas leis tinham entre outros objetivos: privar os africanos de suas terras e recursos, controlar os trabalhadores, criar mão de obra de baixa remuneração e eliminar a concorrência interracial.

A Lei de Terras dos Pretos²⁴ introduzida pelo Partido Sul-Africano, primeiro governo após a unificação, em 1913, proibia que as pessoas pretas possuíssem ou alugassem terras fora das áreas previamente designadas, o que correspondia a aproximadamente 7% da área total do país. Essa lei foi considerada pela Comissão da Verdade como a tentativa de engenharia social de maior alcance na África do Sul no século XX porque “nenhuma outra legislação na história da África do Sul remodelou de forma mais dramática e drástica o mapa social deste país” e isso ocorreu porque a Lei de Terras “lançou as bases para a separação territorial de brancos e africanos”, além do fato de que “destruiu, de um só golpe, um próspero setor agrícola e de latifúndios africanos” e “deu início a uma remoção forçada massiva de africanos que levou, entre outras coisas, à morte de muitas centenas de pessoas que se viram repentinamente sem terra” (SOUTH AFRICA, 1998, volume 1, p. 26, tradução própria).

²¹ *Black Land Act*

²² *Industrial Conciliation Act*

²³ *Representation of Native Act (1936)*

²⁴ Brown (1991) e Pinto (2007) afirmam que a porcentagem de terras destinadas aos pretos correspondiam a 13% da área total do país, contudo o Relatório da Comissão da Verdade e Reconciliação da África do Sul afirma que em 1913 a lei destinava 7% da área total do país aos pretos e em 1936 com a *Development Trust and Land Act No 18* a área reservada para os pretos foi expandida para 13%.

Assim, na institucionalização do *apartheid* em 1948 com a chegada ao poder do Partido Nacional e que governou por mais de 40 anos, a África do Sul já estava baseada em uma política de desigualdade, racismo e exploração, bem como por uma minoria branca que se apossou da riqueza e do poder (CHANAIWA, 2010), todavia ressalta-se que o estado de *apartheid* a partir de 1948 continha dimensões que o diferenciava das ordens discriminatórias precedentes (SOUTH AFRICA, 1998). Nesse estudo, quando for utilizado o termo *apartheid* será referente exclusivamente à África do Sul, pois de acordo com Ki-Zerbo *et al.* (2010) esse foi um regime pós-colonial restrito a este país, ainda que suas implicações tenham extrapolado as fronteiras nacionais.

Algumas das leis segregacionistas aprovadas pelo Parlamento da África do Sul entre 1949-1959, foram: a Lei da Proibição de Casamentos Mistos em 1949 e a Lei de Emenda da Imoralidade em 1950²⁵, a Lei das Áreas de Grupo²⁶, a Lei de Repressão ao Comunismo²⁷ e Lei de Registro Populacional²⁸ em 1950; a Lei de Regulação das Relações Trabalhistas dos Pretos²⁹, a Lei de Educação Bantu³⁰, a Lei de Diversões Separadas³¹ em 1953; a Lei de Minas e Usinas³² e a Lei do Senado³³ em 1956; e, em 1959 a Lei de Extensão da Educação Universitária³⁴ e a Lei de Promoção do Autogoverno Bantu³⁵ (SOUTH AFRICA, 1998).

A Lei das Áreas de Grupo, a Lei das Terras dos Pretos e a Lei de Registro Populacional são consideradas alguns dos pilares do *apartheid* (BROWN, 1991; SAUNDERS, 2004). A Lei de Registro Populacional de 1950 requeria que as pessoas fossem identificadas e registradas ao nascer como pertencente a um dos quatro grupos raciais (branco, mestiço, preto e asiático), classificação que era

²⁵ *Prohibition of Mixed Marriages Act and Immorality Amendment Act*

²⁶ *Group Areas Act*

²⁷ *Suppression of Communism Act*

²⁸ *Population Registration Act*

²⁹ *Black Labour Relations Regulation Act (Black Labour and Settlement of Disputes Act)*

³⁰ *Bantu Education Act*

³¹ *Separate Amenities Act*

³² *Mines and Works Act*

³³ *Senate Act*

³⁴ *Extension of University Education Act*

³⁵ *Promotion of Bantu Self-Government Act*

baseada exclusivamente na aparência, além de garantir a hierarquização racial atribuindo direitos políticos sociais e econômicos distintos a cada categoria. A Lei das Áreas de Grupo de 1950 declarava áreas de uso exclusivo de um grupo racial e obrigava as pessoas a residirem em uma área designada ao grupo de classificação (PINTO, 2007; SOUTH AFRICA, 1998).

A segregação de áreas residenciais, de lazer e serviços públicos gerou os espaços conhecidos como bantustões, Pinto (2007) afirma ainda que além de um projeto político, o *apartheid* se reformulou enquanto ideologia uma vez que passou de ser baseado na desigualdade para se tornar um projeto de desenvolvimento separado (PINTO, 2007). A segregação de áreas residenciais, de lazer e serviços públicos gerou os espaços conhecidos como bantustões, sobre os quais Evans (2012) traz a discussão no que concerne ao uso do termo, ressaltando que o mesmo significa “Estado Bantu”, mas cujo uso frequentemente tem sido feito de modo pejorativo ao se referir aos “*stans*” criados na divisão da Índia e dos antigos Estados soviéticos. Ainda no que diz respeito à discussão sobre conceitos, o uso de ‘pátria’ também apresenta um problema, uma vez que nem todos os pretos sul africanos tinham casas ou laços “étnicos” com esses territórios (EVANS, 2012).

Em reação às leis segregacionistas da década de 1950 o Congresso Nacional Africano (CNA) organizou protestos pacíficos, mas que foram reprimidos com violência, a saber o Massacre de Sharpeville no início de 1960, por exemplo, resultou em 67 mortes e foi seguido pelo banimento do CNA ainda em 1960, pelo início da luta armada em 1961 e pela prisão de Nelson Mandela, líder do CNA, em 1962 (PINTO, 2007; SCHMIDT, 2013; SAUNDERS, 2017).

Apesar do avanço do *apartheid* na África do Sul, cuja repressão se tornava mais violenta, e a ocupação ilegal da Namíbia, a África do Sul continuou a ser reconhecida pelo direito internacional como um país soberano independente e mesmo quando foi considerada culpada por crime contra a humanidade pela Assembleia Geral da Nações Unidas, continuou membro da ONU e a participar dos debates do Conselho de Segurança (SAUNDERS, 2017; UN, 1973).

2.3.2 Namíbia

Namíbia, antiga colônia alemã chamada África do Sudoeste³⁶, tornou-se independente em 21 de março de 1990 após 75 anos sendo governada pela África do Sul. Cabe ressaltar que embora a ocupação oficial da África do Sudoeste pela África do Sul tenha ocorrido em 17 de dezembro de 1920, o país já era governado pela África do Sul desde 1915 quando foi conquistado da Alemanha e é um dos poucos exemplos na África na qual o poder colonial é um país vizinho (SAUNDERS, 2017; 2019; SOLE, 1990).

A África do Sudoeste foi, após a Primeira Guerra Mundial, transferida oficialmente pela Liga das Nações para a Grã-Bretanha, que entregou a administração para a África do Sul em 1920. A África do Sul, com a cumplicidade dos Estados Unidos e Europa, explorou e dividiu a África do Sudoeste em reservas étnicas³⁷, estabeleceu um sistema politicamente repressivo e com leis raciais discriminatórias, sendo a primeira responsável por assegurar o controle político-social da última para que fosse economicamente explorada (SCHMIDT, 2013; TOKATLIAN, 1984). Tudo isso contradiz as condições estabelecidas pela Liga das Nações, que no artigo 22 determinava “[...] pode ser melhor administrado de acordo com as leis do Mandatário como parte integrante de seu território, sujeito às salvaguardas acima mencionadas no interesse da população indígena.” e ainda que “[...] o Mandatário apresentará ao Conselho um relatório anual referente ao território que lhe foi confiado” (THE COVENANT OF THE LEAGUE OF NATIONS, 2021, tradução própria).

Conforme apontado anteriormente, a África do Sul estendeu para a África do Sudoeste a política segregacionista aplicada ao território sul africano. Dessa forma, pretos não podiam possuir terras nas áreas destinadas aos brancos; nos raros casos

³⁶ A partir daqui, para eventos anteriores a 21 de março de 1990 será utilizado o nome de África do Sudoeste, embora na literatura alguns autores utilizem o nome de Namíbia desde a ocupação pela África do Sul em 1915 ou desde que a ONU declarou a ocupação pela África do Sul ilegal em 1966.

³⁷ Na Namíbia essas reservas étnicas ficaram conhecidas como ‘*homelands*’, enquanto na África do Sul eram conhecidas como bantustões. (UN, 1977)

em que pretos trabalhavam nas mesmas ocupações que os brancos, os salários recebidos pelos primeiros eram menores. A educação era segregada a depender da raça e o governo gastava de 5 a 10 vezes mais recursos financeiros per capita para a educação de crianças brancas, enquanto questões relacionadas à saúde e a hospitais eram segregadas de tal forma que a taxa de mortalidade infantil para crianças africanas pretas era de 10 a 20 vezes maior do que para as brancas. (UN, 1977). Saunders (2019) ressalta que muitas vezes as políticas segregacionistas aplicadas na Namíbia foram mais brutais e severas do que na África do Sul, ainda que fossem as mesmas.

No que se refere à legislação segregacionista implementada pela África do Sul na África do Sudoeste, estão: a lei de supressão ao comunismo que na África do Sudoeste foi renomeada de Lei de Segurança Interna³⁸ (1950); 'Lei de Sabotagem'³⁹ (1962); Lei de Terrorismo⁴⁰ (1967); Lei BOSS⁴¹ (1969); Emenda a Lei de Segurança Interna⁴² (1976); Lei de Proibição de Casamentos Mistos (1953)⁴³ que proibia casamentos entre brancos e não brancos e declarava nulos casamentos mistos que ocorreram fora da África do Sudoeste, mas cujas pessoas residiam na África do Sudoeste; ademais relacionamentos sexuais entre brancos e não brancos eram ilícitos e puníveis como ofensa (UN, 1977).

O processo de independência da África do Sudoeste envolveu um prolongado período de negociações, garantias constitucionais pós-independência e eleição para a assembleia constituinte que ocorreu entre 7-11 de novembro de 1989 (com o resultado - vitória do *South West Africa People's Organization* (SWAPO) - divulgado em 14 de novembro de 1989), ressalta-se ainda que a conquista da independência pela Namíbia não foi completa, uma vez que a África do Sul ainda exercia poder sobre o território devido ao fato de que o porto mais importante do território

³⁸ *Internal Security Act*

³⁹ "*Sabotage Act*"

⁴⁰ *Terrorism Act No. 83*

⁴¹ *BOSS Act*

⁴² *Internal Security Amendment Act*

⁴³ *Prohibition of Mixed Marriages Ordinance No. 19*

namibiano (Walvis Bay) permaneceu sob controle da África do Sul até fevereiro de 1994 (SAUNDERS, 2017; SAUNDERS, 2019).

Antes dos eventos apontados acima, a resolução 2145 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 27 de outubro de 1966 encerrava o mandato da África do Sul e em teoria a ONU se torna responsável pela África do Sudoeste

4. Decide que o Mandato conferido pela Sua Majestade Britânica para ser exercida em seu nome pela União da África do Sul está, portanto, terminado, que a África do Sul não tem outro direito de administrar o Território e que portanto a África do Sudoeste se torna responsabilidade direta da Nações Unidas. (GENERAL ASSEMBLY OF UNITED NATIONS, A/RES/2145(XXI), 1966, tradução própria).

Somando-se à resolução 2145, a resolução 2248 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 19 de maio de 1967, “Reafirma integridade territorial da África do Sudoeste e o inalienável direito da sua população a liberdade e independência [...]” e cria o Conselho das Nações Unidas para a África do Sudoeste composto por 11 Estados membros da ONU, com diversas responsabilidades e cujo trabalho resultou, entre outros, na resolução 435 do Conselho de Segurança de 1978 que estabelece um Grupo de Assistência de Transição das Nações Unidas (UNTAG⁴⁴) para garantir a independência da África do Sudoeste.

Diante do apontado anteriormente, cabe salientar que a ocupação da África do Sudoeste somente tornou-se ilegal em 1966, seis anos após a resolução 1514 da Declaração sobre a Concessão de Independência para os Países Coloniais e Povos, e que a independência da África do Sudoeste foi, de fato, conquistada apenas 24 anos após a apropriação ter sido declarada ilegal. Tokatlian (1984) ressalta que não apenas a África do Sul tinha interesse em manter a ocupação da África do Sudoeste, mas também diversos países ocidentais desejavam manter o estatuto político como estava para garantir insumos para armamento - tais como o urânio namibiano para reatores nucleares - e a exploração econômica de minérios como zinco, cobre e diamantes; pontua-se ainda o fato de que a exploração das riquezas namibianas pela África do Sul recebeu colaboração financeira e técnica de grandes

⁴⁴ *United Nations Transition Assistance Group (UNTAG)*

multinacionais estadunidenses, francesas, inglesas, germano-ocidentais, canadenses e suíças, além das sul africanas (TOKATLIAN, 1984; SCHMIDT, 2013).

O processo de independência da África do Sudoeste demonstra diferenças quando comparado aos processos de independência ocorridos em países vizinhos tais como Angola e Moçambique uma vez que nesses países a antiga colônia não manteve poder, a independência foi conquistada por meio de luta armada - e não por negociações efetivas - e não houve eleições antes que o movimento de libertação ocupasse o governo (SAUNDERS, 2017). Ademais, a luta dos namibianos pelo fim da ocupação da África do Sul, o que em si mesmo era uma luta contra o regime segregacionista, a luta pela independência e a tutela da ONU concederam à Namíbia características próprias e diferentes da luta pelo fim do *apartheid* na África do Sul (SAUNDERS, 2019).

2.3.3 Zimbábue

O atual Zimbábue⁴⁵ foi assim nomeado oficialmente em 18 abril de 1980 ao se tornar um Estado independente. Até 1965 a Rodésia do Sul era uma colônia britânica com algum nível de autonomia, sendo completamente auto-governada desde os anos 1920 e tendo adotado uma nova constituição em 1961 com a aprovação do governo britânico, contudo, em 11 de novembro de 1965 o governo da Rodésia do Sul liderado por Ian Smith emitiu a DUI, sendo o país renomeado para Rodésia e sob uma constituição que assegurava um governo de minoria branca (RONEN, 2011; PARSONS, 1988; CHANAIWA, 2010).

A guerra de libertação da Rodésia do Sul começou no início da década de 1960 e terminou em 1979. De um lado havia a força de segurança rodesiana que defendia o governo branco minoritário e de outro os braços armados dos dois principais movimentos de libertação: o *Zimbabwe African National Liberation Army*

⁴⁵ Será usado o nome Zimbábue ao se referir a acontecimentos posteriores a 18 de abril de 1980; para eventos ocorridos entre 11 de novembro de 1965 até 18 de abril de 1980 será usado o nome de Rodésia; e para eventos anteriores a 11 de novembro de 1965, será adotado o nome de Rodésia do Sul.

(ZANLA) do *Zimbabwe African National Union* (ZANU) e o *Zimbabwe People's Revolutionary Army* (ZIPRA) do *Zimbabwe African People's Union* (ZAPU) (TSIGO; NDAWANA, 2019).

Ian Smith havia se tornado o primeiro-ministro da Rodésia do Sul por meio de um golpe dentro do gabinete da Frente Rodesiana em abril de 1964 (ANGLIN, 1980). Smith acreditava que a supremacia branca era de interesse dos Europeus e Africanos, razão pela qual ao ser incapaz de persuadir o governo britânico “[...] de que não era razoável insistir em alguma garantia mínima contra uma nova legislação racial retrógrada antes de confiar o destino de cinco milhões de africanos ao seu controle irrestrito [...]” declarou independência unilateralmente (ANGLIN, 1980, p. 665, tradução própria).

Após a DUI o governo de Ian Smith foi declarado ilegal pelo governo britânico por meio da Lei da Rodésia de 1965⁴⁶, contudo, o governo liderado por Smith continuou no controle do Estado e governando de fato (MUTITI, 1974). A Grã-Bretanha estava diante de duas opções: primeiro seria tentar acabar com a rebelião a força, contudo a Grã-Bretanha não dispunha de força militar leal na Rodésia, isso significava que seria necessário deslocar forças de países vizinhos o que seria extremamente improvável porque a comunidade rodesiana lutou durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao lado do exército britânico e muitos oficiais não teriam aceitado lutar contra os compatriotas; a segunda opção seria reconhecer a independência da Rodésia, o que nenhum país acompanharia com exceção de Portugal e África do Sul (PARSONS, 1988; SCHMIDT, 2013).

Onslow (2005) concorda que o uso de força militar contra a Rodésia não era viável politicamente e logisticamente, e aponta para outra questão fundamental enfrentada pela Grã-Bretanha, devido a DUI, que são as sanções econômicas, a autora aponta que sanções econômicas contra a Rodésia abririam precedentes para sanções contra a África do Sul devido ao *apartheid*, o que consequentemente afetaria de maneira negativa a economia britânica.

⁴⁶ *Rhodesia Act 1965*

Sobre a legislação segregacionista, Muzondidya e Ndlovu-Gatsheni (2007) indicam que desde 1890 o Estado rodesiano já havia definido a população em categorias raciais e étnicas: europeus, asiáticos, de cor e nativos ou africanos, sendo essa classificação responsável por determinar os acessos a recursos e posição na sociedade. Na primeira constituição da Rodésia do Sul, em 1923, já existiam estatutos que proibiam a fraternização interracial, além de exigir pré-requisitos financeiros e educacionais para que a população tivesse direito ao voto, o que na prática significou que poucos pretos eram capazes de votar (TSIGO; NDAWANA, 2019). Tsigo e Ndawana (2019) apontam ainda que a educação, em termos de espaço e qualidade eram diferentes, os africanos tinham acesso ao primário, enquanto europeus, asiáticos e de cor tinham a possibilidade de acessar o ensino secundário, além disso, asiáticos, de cor e pretos não se misturavam aos brancos nas áreas residenciais, hospitais e áreas de lazer.

Crowder (2010) afirma que em 1934 os colonos brancos da Rodésia do Sul ocupavam o equivalente a 50% das terras (20 milhões de hectares) e as zonas habitadas por europeus e africanos eram delimitadas pela Lei à Respeito da Divisão de Terras⁴⁷ de 1930 que dividiu as terras do país de modo que dos 96 milhões de acres: 49 milhões foram para os colonos, 29 milhões para os africanos da Rodésia e o restante não foi designado a nenhum grupo ou foi designado como reserva ou floresta, acrescentando-se o fato de que as terras designados aos africanos eram inférteis (MACHINGAIDZE, 1991; MOMBESHORA, 1990).

⁴⁷ *Land Apportionment Act*

3 “Na África Austral, Cooperação como Meio de Resolver Conflitos tem uma Longa História”⁴⁸

Este é um capítulo teórico, que emprega fontes primárias e secundárias, cujo objetivo principal é discorrer cronologicamente sobre os acontecimentos da África Austral entre os anos 1975 e 1994 com foco principalmente nas estratégias dos países da África Austral e nas organizações criadas, para isso, empregou-se a análise bibliográfica e documental.

No primeiro tópico são discutidos os anos de 1975 a 1980 abarcando a criação do ELF, com uma breve discussão sobre as organizações que precederam o ELF e a estrutura do mesmo e finalizando na independência do Zimbábue.

No segundo tópico são discutidos os anos de 1980 a 1990 compreendendo desde a criação da SADCC e seus objetivos, a estratégia total da África do Sul em direção aos países do ELF até a independência da Namíbia.

No último tópico são discutidos os anos de 1990 a 1994 compreendendo a criação do SADC e o fim do *apartheid*. Nesse tópico o foco está na SADC e o conteúdo do tratado.

3.1 Do Estados de Linha de Frente à independência do Zimbábue (1975-1980)

O Estados de Linha de Frente (ELF) não foi o resultado de negociações intergovernamentais, mas sim uma aliança que surgiu para responder aos desafios do período, a década de 1970, que refletia a realidade da região e que não pretendia ter um caráter legal, embora a evolução do ELF tenha levado ao desenvolvimento de alguma medida de formalidade (OMARI, 1991; OMARI; MACARINGUE, 2007).

O comprometimento dos países da África Austral com a libertação da região não iniciou com o ELF. Omari e Macaringue (2007) e Cilliers (1991) traçam as sementes que deram origem ao ELF até a segunda metade da década de 1950, quando o relacionamento pessoal entre os presidentes da Tanzânia e Zâmbia, Julius

⁴⁸ OMARI (1991, p. 114)

Nyerere e Kenneth Kaunda se transformou em laços políticos entre os dois países como um esforço de apoiar os processos de libertação da África Austral e cujas reuniões entre ambos originou alguns grupos regionais.

O *Mulungushi Club* é a aliança precursora imediata do ELF, mas também é importante ressaltar a existência do Movimento Pan-Africano pela Liberdade para a África Oriental e Central/ Movimento Pan-Africano pela Liberdade para a África Oriental, Central e Austral (PAFMECA/PAFMECSA)⁴⁹ e a Conferência dos Países da África Oriental e Central (CECAC)⁵⁰, todos os três grupos precursores do ELF tinham como objetivo a liberdade regional econômica e política (OMARI, 1991; OMARI; MACARINGUE, 2007).

O PAF MECA nasceu oficialmente em 17 de setembro de 1958 a partir dos sentimentos e pensamentos que circulavam no continente africano, e tinha o objetivo de lutar contra os governos coloniais e cuja filiação estava indicada na Constituição do PAFMECA: “A adesão deve ser aberta a todos os nacionalistas, trabalhadores e Organizações Cooperativas que aceitem e se conformam com a política de Pan-Africanismo e a libertação da África” (COX, p. 83, 1964, tradução própria).

Em 1961 a instituição se expandiu para abranger os movimentos nacionalistas da África Austral e foi renomeada PAFMECSA⁵¹, a nova Constituição de 1962 agrega a evolução da instituição uma vez que agora a filiação abrange também os governos e não apenas os movimentos nacionalistas “A adesão deve ser aberta a todas as organizações nacionalistas e governantes que aceitem os objetivos e a política da PAFMECSA e estão se esforçando pela liberação da África” (COX, p. 83, 1964, tradução própria). Cox (1964) aponta a prevenção do surgimento do nacionalismo competitivo entre os países membros da PAFMECA/PAFMECSA como

⁴⁹ *Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa* (PAFMECA)/*Pan-African Freedom Movement of the Eastern, Central and Southern Africa* (PAFMECSA) - são a mesma organização, mas PAFMECA se refere ao período entre 1958 e o início de 1962 e PAFMECSA do início de 1962 até o fim em 1963.

⁵⁰ *Conference of East and Central African Countries* (CECAC)

⁵¹ Em 1962 a PAFMECSA era composta por quatorze países membros, nomeadamente, África do Sul, Angola, Congo, Etiópia, Quênia, Moçambique, Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, Niassalândia, Ruanda, Tanganyika, Uganda, Urundi e Zanzibar.

a principal conquista da instituição que chegou ao fim em 1963.

A CECAC surgiu em 1966 a partir do vazio do PAFMECSA e teve nove Conferências, sendo a última em 1974, haja vista que sua dissolução foi devida em parte à incapacidade de se qualificar como um fórum íntimo e informal, que era o objetivo, quando se tinha um grande número de membros, uma vez que em 1974 a CECAC possuía dezessete participantes⁵² além da SWAPO e ZANU como observadores representando a África do Sudoeste e a Rodésia (OMARI, 1991). As principais conquistas da CECAC são o Manifesto de Lusaca (1969)⁵³, que foi adotado pela ONU e pela OUA, e a Declaração de Mogadishu (1971)⁵⁴ que entre outros pontos, condenava o apoio que África do Sul e Portugal continuavam a receber; e afirmava a luta armada como única saída para a libertação da África Austral (MOGADISHU DECLARATION, 1971; OMARI, 1991).

Mulungushi Club, como apontado anteriormente, foi o precursor imediato dos ELF, teve menor tempo de existência, perdurou simultaneamente a CECAC, entre 1970 e 1974, e era composto inicialmente por Tanzânia, Uganda (até 1971 quando foi excluído após o golpe de Estado), República Democrática do Congo e Zâmbia, e assim como as demais organizações anteriores estava focado na libertação da África, com especial foco na África Austral (CILLIERS, 1999; OMARI, 1991). Omari (1991) aponta alguns aspectos que explicam a formação do *Mulungushi Club* e a existência do mesmo de maneira paralela a CECAC, a saber, os manifestos e declarações 'contraditórios' da CECAC, o *Club* era um pequeno e informal comitê formado por presidentes que tentavam implementar seções do Manifesto de Lusaca, monitorar as respostas ao Manifesto e preparar as contra-respostas.

Em 1975⁵⁵ foi criada a aliança do ELF, a partir dos restantes do *Mulungushi*

⁵² Burundi, Chade, Congo, Camarões, Etiópia, Gabão, Guiné Equatorial, Malawi, Quênia, República Centro Africana, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zaire e Zâmbia.

⁵³ *The Lusaka Manifesto on Southern Africa* foi uma declaração conjunta dos representantes de Estado de Burundi, Chade, Congo (Brazzaville), Congo (Kinshasa), Etiópia, Quênia, República Centro Africana, Ruanda, Somália, Sudão, Tanzânia, Uganda e Zâmbia (Malauí se recusou a assinar o Manifesto) da Conferência de Lusaca dos Estados da África Central e Oriental ocorrida entre os dias 14 e 16 de abril de 1969.

⁵⁴ *Mogadishu Declaration*

⁵⁵ Alguns pesquisadores apontam 1976 como ano de criação do ELF (EVANS, 1984/5).

Club, com o núcleo sendo os presidentes da Tanzânia e Zâmbia, e os outros dois membros fundadores os presidentes de Botsuana e Moçambique, Omari (1991) aponta Samora Machel como membro⁵⁶ porque Moçambique já estava em governo de transição após o Acordo de Lusaca de 1974 (OMARI, 1991). Angola se juntou aos ELF em 1976, o Zimbábue em 1980 e a Namíbia em 1990. Omari (1991) aponta que entre 1974 e 1975 algumas reuniões ocorreram, mas não foram relatadas porque os presidentes consideravam manter o ELF um segredo.

Nagar e Saunders (2011) definem o ELF como uma instituição informal criada na década de 1970 e cuja intenção dos presidentes era criar uma instituição forte o suficiente para apoiar os movimentos de libertação nos países da África Austral: CNA na África do Sul; SWAPO na África do Sudoeste e ZANU e ZAPU na Rodésia; acabar com os governos de minoria branca. A aliança do ELF contava com três objetivos, sendo o primeiro e mais importante deles a independência da Rodésia, seguidos pela independência da África do Sudoeste e o fim do *apartheid* na África do Sul (OMARI, 1991).

Um aspecto que diferencia o ELF é que o mesmo foi criado para lidar com o colonialismo de colonos⁵⁷, argumento segundo o qual o ELF teria sido criado ainda que o PAFMECSA continuasse a existir e também motivo pelo qual o ELF foi criado ainda que a CECAC e o Comitê de Libertação da OUA existisse na região no mesmo período (OMARI, 1991; OMARI; MACARINGUE, 2007).

Omari (1991) aponta que o desafio da situação rodesiana e a política de *détente* na África Austral são considerados alguns dos mais importantes fatores que levaram a formação da aliança do ELF. A política de *détente* era uma extensão da política interna da RAS foi utilizada pela África do Sul a partir de 1974 para proteger a Rodésia da luta armada, assim como evitar possíveis consequências negativas na

⁵⁶ Ao contrário de Nagar e Saunders (2011) que aponta como fundadores os presidentes de Tanzânia, Zâmbia e Botsuana.

⁵⁷ “[...] o objetivo do colonialismo de colonos é adquirir terras de modo que os colonos possam ficar permanentemente e formar novas comunidades.” (GLENN, p. 55, 2015, tradução própria). Para uma melhor compreensão do conceito de colonialismo de colonos sugiro a leitura de Veracini (2013) e Horvath (1972).

África do Sudoeste e na África do Sul, isso porque o golpe de Estado em Portugal em 1974 impactou positivamente no processo de independência de Moçambique e Angola representou uma ameaça para os governos de minoria branca da África Austral (OMARI, 1991).

Omari (1991) aponta quatro razões que explicam porque a independência de Angola e Moçambique era uma ameaça para os governos de minoria branca da África Austral: os movimentos de libertação de Angola e Moçambique, liderados pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) respectivamente, seriam contrários aos governos de minoria branca; Angola faz fronteira com a África do Sudoeste e Moçambique faz fronteira com a Rodésia e a África do Sul, assim dois países independentes com governos de maioria nas fronteiras significava apoio e abrigo para os movimentos de libertação da África do Sul (CNA), África do Sudoeste (SWAPO) e Rodésia (ZANU e ZAPU); o sucesso da luta armada dos movimentos de libertação de Angola e Moçambique se tornaram pontos de referência para a luta armada dos movimentos de libertação dos demais países da África Austral; e, por fim a possibilidade de se desencadear um efeito dominó na África Austral.

Hough (1980) afirma que os membros do ELF compartilhavam três características principais: a proximidade geográfica da África do Sul, África do Sudoeste e Rodésia; o empenho para acabar com os governos de minoria branca na África Austral (África do Sul, África do Sudoeste e Rodésia); e a disposição para utilizar de meios diplomáticos, políticos e táticas de guerrilhas para alcançar esse objetivo. De modo similar Khadiagala (1994) aponta dois fatores que auxiliam na definição da filiação do ELF, a orientação política direcionada ao processo de descolonização e a proximidade com os governos de minoria branca da África Austral.

Omari (1991) destaca, contudo, o caráter mais seletivo sobre quem era incluído na aliança do ELF, o que sugeria pontos mais específicos do que a proximidade geográfica, e aponta ainda que República Democrática do Congo,

Malauí, Lesoto e Essuatíni, por exemplo, não foram incluídos no ELF apesar da proximidade com os países de governos de minoria branca.

Os princípios adotados pelo ELF eram os mesmos defendidos no Manifesto de Lusaca de 1969 (HOUGH, 1980) que reafirmava o comprometimento com o princípio de igualdade humana e dignidade

Os signatários deste Manifesto afirmam que a validade dos princípios da igualdade e dignidade humana se estendem à República da África do Sul, assim como se estendem aos territórios coloniais da África Austral. Antes que uma base para o desenvolvimento pacífico possa ser estabelecida neste continente, esses princípios devem ser reconhecidos por todas as nações, e em cada Estado deve haver uma tentativa deliberada de implementá-los. (THE LUSAKA MANIFESTO ON SOUTHERN AFRICA, 1969, parágrafo 23, tradução própria).

A OUA expressou o apoio ao ELF, entre outras formas, por meio da resolução 80 da 13ª Sessão Ordinária dos Chefes de Estado e Governo da OUA em 1976 por meio da qual “declara que qualquer ataque por qualquer regime racista a qualquer Estado da linha de frente deve ser considerado como um ataque à África independente como um todo” (ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY - AHG/Res. 80, 1976, tradução própria). Os líderes do ELF podiam e usavam de sua posição para oferecer santuário a refugiados e ativistas políticos, instalação de recuperação, livre circulação de armas e guerrilhas em seus territórios, apoio diplomático e, ainda, alguns países permitiam a instalação de bases de treinamento e campos militares - o MPLA permitiu ao CNA e ao SWAPO estabelecerem campos em Angola em 1976, o FRELIMO permitiu a livre movimentação do ZANU ao longo da fronteira de Moçambique com Rodésia a partir de 1975 e o ZAPU estava operando a partir da Zâmbia - todas essas ações, é claro, tiveram severas consequências (HOUGH, 1980; SCHMIDT, 2013).

Alguns pesquisadores descrevem o ELF como uma instituição informal, outros afirmam que o ELF evoluiu para uma instituição formal com o passar do tempo. Omari (1991), por outro lado, aponta que desde o princípio parte do ELF era formal e parte do ELF era informal, da mesma forma que havia diferença entre o que os fundadores afirmaram que era o ELF e o que a aliança de fato foi.

O ELF tinha um caráter informal que se caracterizava pela falta de uma constituição, de um secretariado, de uma sede e até mesmo pela falta de registros, sendo, portanto, um fórum consultivo como se identificavam os seus fundadores (OMARI, 1991). Essa opção pelo caráter informal, segundo Omari (1991) se deve às experiências dos países em outras organizações regionais ou sub-regionais, ademais, as experiências negativas dos países da África Austral em outras organizações foram levadas em consideração para moldar a estrutura descentralizada da SADCC.

Como apontado anteriormente o ELF pode ser considerado formal no que tange às suas atividades, primeiro porque a atuação da instituição era reconhecida e respaldada pela ONU e OUA e segundo “[...] a existência de pelo menos uma conhecida, ainda que obscura, estrutura [...]” - o Comitê Interestatal de Defesa e Segurança (ISDSC)⁵⁸ - além da cúpula dos chefes de Estado e governo o que indicava uma tendência à formalização, o ELF, possuía portanto, duas estruturas semi-formais, o sistema de reuniões e o ISDSC (OMARI, 1991, p. 120).

O sistema de cúpula era o maior órgão do ELF e ocorria de maneira flexível, uma vez que qualquer presidente e líder de movimento de libertação ativo que tinha alguma questão poderia convocar uma cúpula, o local de ocorrência das cúpulas dependia de alguns fatores, como: quem convocava, a questão a ser discutida, a questão de segurança e a oportunidade do encontro, razões que justificam o fato de que as cúpulas ocorriam em capitais, outras cidades e até mesmo em países que não eram membros do ELF (OMARI, 1991).

Apesar da flexibilidade na convocação da cúpula do ELF os chefes de governo e líderes de movimentos convocados para a cúpula dependiam do tema a ser discutido, ademais, ainda que a presença de convidados fosse frequente, o caráter informal das cúpulas pode ser identificado pelo fato de que não haviam procedimentos uniformes nas reuniões, conferência de imprensa ou comunicados ao fim das cúpulas (OMARI, 1991). Omari (1991) relata a ocorrência de 60 cúpulas de

⁵⁸ *Interstate Defense and Security Committee (ISDSC)*

chefes de Estado e governo ocorridas entre os anos de 1976 e 1990.

No quadro 2 abaixo é possível conferir as datas, locais, participantes, convidados e questões abordadas durante as cúpulas do ELF entre os anos 1976 e 1980 (até a independência do Zimbábue), é possível observar como a situação rodesiana dominou a maioria das vinte e quatro cúpulas que ocorreram nesse período, sendo diretamente abordada em dezessete cúpulas e indiretamente nas cúpulas que discutiram a situação da África Austral como um todo, compreendendo três cúpulas.

Ainda no quadro 2 é possível observar que não foram fornecidos detalhes sobre as questões discutidas em três das vinte e quatro cúpulas que ocorreram neste período. Entre as vinte e quatro cúpulas, oito ocorreram na Zâmbia, sete na Tanzânia, sete em Moçambique e apenas duas em Angola, nenhuma das cúpulas ocorreram em Botsuana embora o país seja um dos fundadores do ELF e o presidente ou o vice-presidente de Botsuana tenham se ausentado de apenas duas das vinte e quatro cúpulas.

Outro ponto observável na quadro 2 é o fato de que em dezessete das vinte e quatro cúpulas haviam convidados e embora a maioria das vezes os convidados eram líderes de movimentos de libertação como Mugabe (líder do ZANU - movimento de libertação da Rodésia), Nkomo (líder do ZAPU - movimento de libertação da Rodésia), Nujoma (líder da SWAPO - movimento de libertação da África do Sudoeste) e Tambo (líder do CNA - movimento de libertação da África do Sul), representantes de outros países como Nigéria, EUA e Grã-Bretanha estiveram presentes em uma cúpula do ELF cada.

Quadro 2 - Cúpulas da Aliança do ELF - 1976⁵⁹-1980

Data	Local	Participantes	Questões Discutidas
7-8/2/ 1976	Quelimane (MOZ)	Seretse Khama (BOT), Samora Machel (MOZ), Julius Nyerere (TAN) e Kenneth Kaunda (ZAM)	Decidiu apoiar a Comissão Militar Conjunta para os movimentos de libertação da Rodésia.
25-26/3/ 1976	Lusaca (ZAM)	Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Abel Muzorewa e Joshua Nkomo (ZAPU)	Discutir as lutas de libertação na África Austral, especialmente na Rodésia.
29/7/ 1976	Maputo (MOZ)	Machel, Nyerere e Kaunda	Revisar as lutas de libertação na África Austral, especialmente na Rodésia.
5-7/9/ 1976	Dar es Salaam (TAN)	Khama, Machel, Nyerere, Kaunda, Agostinho Neto (ANG); Convidados: Robert Mugabe (ZANU), Nkomo (ZAPU), Sam Nujoma (SWAPO) e Oliver Tambo (CNA)	Decidir se as informações confidenciais trazidas a eles pelo enviado de Henry Kissinger após seu encontro com John Vorster em Zurique ofereceram o suficiente para justificar o apoio à iniciativa americana.
26/9/ 1976	Lusaca (ZAM)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Oficialmente se tornaram o ELF pela libertação da África Austral; Mugabe e Nkomo concordaram em formar a Frente Patriótica (FP) ⁶⁰ .
17/10/ 1976	Lusaca (ZAM)	Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Neto não enviou representante; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Estimular a Grã-Bretanha a assumir sua obrigação como potência colonial na Rodésia.
7/11/ 1976	DES ⁶¹	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Líderes dos movimentos não foram convidados	Discutir as agressões contra Angola, Botsuana, Moçambique e Zâmbia pela África do Sul e Rodésia.
9/1/1977	Lusaca (ZAM)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Anunciado o reconhecimento exclusivo da Frente Patriótica na Rodésia.

⁵⁹ Como afirmado anteriormente, Omari (1991) relata que ocorreram reuniões entre os anos de 1974 e 1975 que não foram relatadas.

⁶⁰ *Patriotic Front (PF)*

⁶¹ Dar es Salaam (TAN)

17/4/ 1977	Quelimane (MOZ)	Neto, Machel, Nyerere, Kaunda e Quett Masire ⁶² (BOT); Convidados: Mugabe	Revisar a oferta do presidente Soviético de apoio militar e outros; discutir como fortalecer a PF e defender Botsuana, Moçambique e Zâmbia contra os ataques do exército da Rodésia.
21/7/ 1977	DES	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Mugabe e Nkomo	Discutir o problema da desunião da PF.
26-27/8/ 1977	Lusaca (ZAM)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Andrew Young (EUA) e David Owen (Grã-Bretanha)	Discutir a proposta Anglo-Americana para a Rodésia, especialmente a questão do desmantelamento do exército rodésiano.
23-24/9/ 1977	Maputo (MOZ)	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Discutir a resposta à proposta Anglo-Americana à independência da Rodésia; concordância que a proposta fornece base para negociações entre as partes.
11/6/ 1978	Luanda (ANG)	Neto, Nyerere, Kaunda, Marcelino dos Santos (MOZ) ⁶³ e Masire; Convidado: Nujoma	Revisar a situação da África Austral e reafirmar que a África pode resolver os próprios problemas sem intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
31/8/ 1978	Lusaca (ZAM)	Neto, Machel, Nyerere, Kaunda e Masire; Líderes dos movimentos não foram convidados; Convidado: Joseph Garba ⁶⁴ (NIG).	Discutir o relatório sobre a reunião secreta no mês anterior entre Ian Smith e Nkomo (co-líder do PF).
4/9/1978	Lusaca (ZAM)	Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Neto não enviou representante; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Não foram fornecidos detalhes.
8/10/	Lusaca	Neto, Khama, Machel, Nyerere e Kaunda; Líderes dos	Discutir a decisão da Zâmbia de reabrir as estradas ferroviárias através

⁶² Vice-Presidente de Botsuana

⁶³ Representando o presidente de Moçambique

⁶⁴ Ministro das Relações Exteriores da Nigéria

1978	(ZAM)	movimentos não foram convidados	da Rodésia.
3/3/1979	Luanda (ANG)	Neto, Khama, Machel, Kaunda e Aboud Jumbe ⁶⁵ (TAN); Convidado: Nujoma	Discutir a situação da África Austral e as lutas de libertação da Rodésia e África do Sudoeste; Condenar a invasão da Tanzânia pela Uganda.
6/4/1978	Nampula (MOZ)	Machel, Nyerere e Kaunda; Líderes dos movimentos não foram convidados	Discutir as lutas de libertação na África Austral.
8-9/4/1978	DES	Machel, Nyerere, Kaunda e Masire; Convidados: Mugabe e Nkomo	Discutir a união do ZANU e ZAPU.
29/4/1978	Maputo (MOZ)	Neto, Khama, Nyerere, Machel e Kaunda; Convidados: Mugabe, Nkomo, Nujoma e Tambo	Continuação da reunião anterior.
17/10/1978	DES	Khama, Nyerere, Machel e Kaunda; Convidados: Nujoma e Tambo	Não foram fornecidos detalhes.
24/11/1978	DES	Não há informações.	Não foram fornecidos detalhes.
10/1/1980	Beira (MOZ)	José Eduardo dos Santos (ANG - novo presidente), Machel, Nyerere, Kaunda e Masire; Convidados: Mugabe e Nkomo	Discutir a violação da Grã-Bretanha sobre o cessar-fogo na Rodésia; discutir o envio de forças rodesianas para áreas de fronteira como uma ameaça à região; conferiu ao presidente o mandato de coordenar as ações necessárias
26/2/1980	DES	Khama, Machel, Nyerere, Kaunda e Paschal Luvuallu ⁶⁶ (ANG); Líderes dos movimentos não foram convidados	Condenação à RAS por ameaçar intervir na Rodésia em caso de vitória da PF; exaltar à PF por aderir aos termos do Acordo de Lancaster;

Fonte: Omari (1991)

⁶⁵ Vice-Presidente da Tanzânia

⁶⁶ Paschal Luvuallu era um membro do MPLA e estava representado o presidente de Angola

O ISDSC era responsável pela implementação das resoluções das cúpulas da aliança do ELF, o Comitê também tinha um papel consultivo e recomendatório à cúpula dos chefes de Estado e governo, e tinha duas principais funções que eram, coordenar os processos de libertação e a defesa e segurança do ELF, ou seja, o ISDSC formulava as estratégias de curto e longo prazo para acelerar o processo de libertação e coordenar a defesa do ELF contra a desestabilização (OMARI, 1991).

O ISDSC era um comitê ministerial - os ministros envolvidos eram aqueles responsáveis pela defesa, segurança do Estado e segurança pública - formado em 1975 e, de acordo com Omari (1991), era mais estruturado que as cúpulas dos chefes de Estado e governo do ELF. O Comitê se reunia uma ou duas vezes por ano, assim como também houveram alguns anos nos quais não se reuniam e nessas reuniões os chefes das alas militares dos movimentos de libertação ativos eram convidados; o ISDSC era dividido em três subcomitês: defesa, segurança do Estado e segurança pública (OMARI, 1991). Omari (1991) relata a ocorrência de treze reuniões do ISDSC entre os anos 1975-1989.

O quadro 3 abaixo apresenta as datas, locais e países participantes das treze reuniões do ISDSC que ocorreram entre 1975 e 1989, é possível notar que não há uma frequência exata para a ocorrência das reuniões uma vez que em alguns anos (1976, 1983, 1984 e 1989) ocorreram duas reuniões enquanto em outros anos (1978, 1980, 1981, 1982, 1985 e 1987) não teve nenhuma.

Nota-se também que das treze reuniões do ISDSC, cinco ocorreram na Tanzânia, três reuniões ocorreram na Zâmbia, duas reuniões em Moçambique e uma em Angola, Botsuana e Zimbábue. Tanzânia foi o país que sediou a maioria das reuniões do ISDSC e também era o país mais distante daqueles governados pela minoria branca, uma vez que foi o único país da África Austral que não teve fronteira comum com nenhum governo de minoria branca.

No quadro 3 é possível notar a partir de 1983 nas reuniões do ISDSC a presença dos chefes militares dos movimentos de libertação da África Austral, além dos ministros da defesa/segurança dos Estados membros do ELF.

Quadro 3 - Reuniões do Comitê Interestatal de Defesa e Segurança (ISDSC) do ELF - 1975-1989

Data	Local	Membros Participantes
Ago./1975	DES	Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
Jan./1976	Lusaca (ZAM)	Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
Ago./1976	Lusaca (ZAM)	Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
Set./1977	DES	Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
23-24/8/1979	DES	Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia
12-13/1/1983	Arusha (TAN)	Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, CNA, CPA ⁶⁷ e ALC ⁶⁸
14-15/7/1983	Nyanga (ZIM)	Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, CNA, CPA e SWAPO
20-21/2/1984	Maputo (MOZ)	Angola, Botsuana, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, CNA, CPA e SWAPO
15-16/7/1984	Luanda (ANG)	Angola, Lesoto, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, CNA, CPA e SWAPO
19-20/11/1986	DES	Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, CNA, CPA e SWAPO e ALC
11-20/11/1988	Maputo (MOZ)	Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, CNA, CPA e SWAPO
10-11/5/1989	Lusaca (ZAM)	Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, CNA e SWAPO
2-3/11/1989	Gaborone (BOT)	Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue, CNA, CPA e SWAPO

Fonte: Omari (1991)

A Constelação dos Estados da África Austral (CONSAS)⁶⁹, proposta pelo então primeiro ministro da África do Sul, P. W. Botha, em setembro de 1978, propunha agregar os países da África Austral, e desde que a África do Sul era a hegemonia regional e a economia mais desenvolvida da região, ofereceu diversos

⁶⁷ Congresso Pan-Africanista de Azania - (CPA)

⁶⁸ *African Liberation Committee* (ALC)

⁶⁹ *Constellation of Southern African States* (CONSAS)

incentivos econômicos tais como assistência para o desenvolvimento, crédito para exportação e fácil acesso à rede de transportes sul africana da qual os países da África Austral eram dependentes (KHADIAGALA, 1994).

Khadiagala (1994) pontua ainda que o governo sul africano esperava que a CONSAS amenizasse a pressão internacional devido ao *apartheid*, à ocupação da África do Sudoeste e a situação rodesiana, contudo, estreitar os laços econômicos com a África do Sul limitaria ainda mais a mobilização dos países membros da ELF na luta contra as três frentes apontadas. Por fim, a discussão sobre a CONSAS foi encerrada com a conquista da independência do Zimbábue que não apenas se juntou ao ELF como também se tornou peça central na formação da SADCC, ademais, o Zimbábue alterou as relações na África Austral ao apresentar uma alternativa à dominância da África do Sul (MLAMBO, 2014; KHADIAGALA, 1994).

Os países da África Austral e do ELF, especificamente, estavam economicamente e militarmente fragilizados e dependentes em certa medida da África do Sul, o que conseqüentemente provocou diversos problemas entre o ELF. Botsuana estava lidando com uma crise de refugiados; Angola e Moçambique enfrentavam ataques internos apoiados pela África do Sul; Zâmbia e Moçambique foram alvos de ataques da Rodésia, que visavam instalações de importância econômica, como a destruição de pontes no Rio Chambeshi que liga Tanzânia e Zâmbia, além de enfrentar o custo de manter as sanções e as fronteiras fechadas, em 1978 a Zâmbia decidiu reabrir a rota comercial da região Austral que atravessava a Rodésia e a África do Sul o que levou o presidente de Moçambique a boicotar a reunião seguinte do ELF (HOUGH, 1980).

Anglin (1985) aponta que a atuação do ELF frente aos desafios da região da África Austral, em especial a África do Sul, podem ser divididas em quatro categorias: acomodação, contenção, separação e confrontação. Acomodação se refere à aceitação, por parte do ELF, da África do Sul como econômica, política e militarmente superior e, portanto, a adaptação das políticas domésticas e externas dos demais países às restrições e ao ambiente hostil da região; contenção diz

respeito a atitude mista entre aceitar a realidade de dependência dos países da região a África do Sul, ao mesmo tempo em que resistia às interferências da na autonomia dos membros dos ELF; separação se refere a redução do escopo e da intensidade das interações entre os ELF e a África do Sul; e, confrontação se refere ao desafio direto ao governo de minoria branca da RAS (ANGLIN, 1985).

Essas ações não eram mutuamente exclusivas uma vez que as diferentes dimensões política, econômica e militar requeriam respostas diferentes, e a atuação dos países era um misto das quatro categorias de atuação, além de que cada país atuava de acordo com suas capacidades, vulnerabilidades, liderança e apoio externo (ANGLIN, 1985). Khadiagala (1994), contudo, difere de Anglin (1985) e aponta que a divergência na escolha das políticas, ou o conjunto delas, deveu-se ao caráter informal e flexível da aliança do ELF.

O ELF obteve três conquistas de destaque: a união, ainda que temporária dos dois principais movimentos de libertação da Rodésia, ZANU e ZAPU, que trabalharam juntos sob a forma da Frente Patriótica tornando possível a negociação pela independência; o trabalho ao lado da OUA; e, o trabalho ao lado da Grã-Bretanha e EUA no estágio final da crise rodesiana (OMARI, 1991). De acordo com Hough (1980) a concordância da Grã-Bretanha em manter o *status* da Rodésia como uma colônia e a exigência de eleições independentes supervisionadas pela Grã-Bretanha foi conquista do ELF.

O governo da África do Sul temia que a situação rodesiana aprofundaria a instabilidade na África Austral e viria a ameaçar a segurança da RAS, então, sob pressão da África do Sul e EUA, o governo de Smith elaborou um plano para manter o poder nas mãos da minoria branca e se uniu à algumas figuras de autoridade africanas que tinham recusado a luta armada e excluindo a PF realizou uma eleição, marcada pela violência, para o parlamento em abril de 1979 (SCHMIDT, 2013). Como aponta Schmidt (2013) a eleição não foi reconhecida pelo governo da Grã-Bretanha nem pelos representantes da PF.

O impasse em relação à independência da Rodésia foi finalizado com a

Conferência de Lancaster House⁷⁰ ocorrida entre 10 de setembro e 15 de dezembro de 1979 e que contou com a presença do governo britânico, dos representantes da PF - Robert Mugabe (ZANU) e Joshua Nkomo (ZAPU) -, e os representantes do governo rodesiano, Ian Smith e Abel Muzorewa; é importante ressaltar, porém, que diversos outros atores participaram direta ou indiretamente das negociações, entre eles, os ELF, a OUA, África do Sul e EUA (MLAMBO, 2014). Todas as partes envolvidas na Conferência de Lancaster estavam sendo pressionadas a alcançar uma solução, ZANU e ZAPU estavam sendo pressionados por Moçambique e Zâmbia a encontrar uma solução uma vez que ambos os países estavam fragilizados pela guerra rodesiana e o apoio aos movimentos de libertação.

As partes envolvidas no Acordo de Lancaster⁷¹ concordaram com a Constituição de Independência do Zimbábue, que entre outros pontos reservava vinte assentos no parlamento nacional para pessoas brancas, os arranjos para o período pré-independência e com um acordo de cessar fogo (MLAMBO, 2014). Com esses arranjos ocorreu a eleição rodesiana em fevereiro de 1980 com o ZANU-PF liderado pelo Robert Mugabe ganhando 57 assentos, o ZAPU 20 assentos, o *United African National Council* (UANC) de Muzorewa recebendo apenas 3 assentos e a Frente Rodesiana recebendo os 20 assentos reservados aos brancos (MLAMBO, 2014).

Uma vez que a independência do Zimbábue, preocupação de todos os países do ELF, foi conquistada, os esforços da aliança se voltaram para o fim do governo de minoria branca na África do Sul e à política de desestabilização promovida pela mesma nos países independentes da região, além da libertação da Namíbia. Sobre o ELF, Omari (1991) afirma que os anos de 1975-1980 foram os anos de ascensão e o empenho da aliança na resolução da questão rodesiana foi um reflexo do comprometimento militar e político, mas também da capacidade econômica dos mesmos.

Nenhum outro grupo composto por chefes de Estado africano foi tão

⁷⁰ *Lancaster House Conference*

⁷¹ *Lancaster House Agreement*

respeitado, duradouro e coeso como o ELF, além de ter exercido uma grande influência na questão de encerrar os regimes de minoria branca na África Austral (HOUGH, 1980; OMARI, 1991; CILLIERS, 1999).

A seguir será discutido como as dificuldades econômicas enfraqueceram o ELF e sua atuação na África Austral.

3.2 Da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral à independência da Namíbia (1980-1990)

Omari (1991) aponta 1980 como sendo o ano em que os membros do ELF redefiniram as políticas regionais, essa mudança foi ocasionada por três razões: pactos de não agressão assinados entre membros do ELF e a África do Sul, a formação da SADCC em 1980 e no período pós-1980 quando alguns países fora da África Austral tomaram iniciativas de paz na região que erodiu a influência do ELF.

A SADCC foi estabelecida em 1 de abril de 1980 e era constituída pelos países membros do ELF (Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) somados a Essuatíni, Lesoto e Malauí.

Figura 2 - Chefes de Estado dos Nove Países Membros da SADCC (1980)



Fonte: SADC (2021b)

Há três principais hipóteses para a criação do SADCC, e ressalta-se que essas razões são complementares e não exclusivas. Nagar e Saunders (2011), assim como Schmidt (2013), apontam que a criação da SADCC foi em parte uma resposta à CONSAS, iniciativa da África do Sul que tinha como objetivo aumentar a

hegemonia na África Austral. Leys e Tostensen (1982) apontam outros dois caminhos para a criação da SADCC, o primeiro é de que seria uma continuação da cooperação desenvolvida entre os países da ELF e a segunda é de que seria uma iniciativa diplomática de países africanos e ocidentais para a reconstrução da África Austral após anos de guerra e que seria financiado pelos países ocidentais, especialmente o EUA.

A criação da SADCC em 1980 foi oficializada pela Declaração da África Austral: Rumo à Libertação Econômica⁷², também conhecida como Declaração de Lusaca, assinada pelos nove países independentes da África Austral. Cabe apontar que a SADCC foi subsequentemente formalizada pelo Memorando de Entendimento intitulado Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral: Da Dependência e Pobreza Rumo à Libertação Econômica⁷³ assinada em 20 de julho de 1981 em Blantyre no Malauí.

A Declaração de Lusaca reconhecia a dependência que os países da região tinham da África do Sul “A África Austral depende da República da África do Sul como foco de transporte e comunicações, exportador de bens e serviços e importador de bens e mão de obra barata.” (SOUTHERN AFRICA: TOWARD ECONOMIC LIBERATION, 1980, p. 3, tradução própria), além de ressaltar a responsabilidade dos países na luta pela libertação da África do Sudoeste que continuava ocupada e explorada pela RAS, e pelo fim do *apartheid*

Enquanto a luta pela independência política verdadeira avançou e continua avançando, ainda não está completa. Nós, a maioria dos Estados da África Austral reconhecemos nossa responsabilidade, ambos como Estados-nação separados e como um grupo de países africanos vizinhos governados por maioria, para ajudar a alcançar um culminar de sucesso da nossa luta. (SOUTHERN AFRICA: TOWARD ECONOMIC LIBERATION, 1980, p. 3-4, tradução própria)

A SADCC tinha como objetivo harmonizar o desenvolvimento entre os países independentes da África Austral ao mesmo tempo em que apoiava os movimentos de libertação da África do Sul e África do Sudoeste. Segundo Schmidt (2013) a

⁷² *Declaration of Southern African: Toward Economic Liberation*

⁷³ *Southern African Development Coordination: From Dependence and Poverty Toward Economic Liberation*

SADCC representou uma ameaça para a África do Sul, tanto política como economicamente.

O fato dos membros do ELF terem convidado outros países para compor a SADCC demonstra, segundo Khadiagala (1994), que a Aliança reconheceu sua insuficiência em lidar com os problemas econômicos, países como Lesoto, e Essuatíni foram incentivados a participar da SADCC, embora tivessem uma grande proximidade com a África do Sul, visto que esses Estados começaram a demonstrar que as realidades políticas e econômicas de suas posições eram compatíveis com os esforços do ELF.

Os países membros da SADCC foram capazes de manter relacionamentos bilaterais ou multilaterais que julgassem benéficos para seus interesses nacionais, este foi um aspecto importante porque, por exemplo, Botsuana, Essuatíni e Lesoto eram membros da União Aduaneira da África Austral (SACU), assim como a África do Sul, Angola e Zâmbia tinham acordo com a República Democrática do Congo, fora do âmbito da SADCC, para supervisionar a operação da ferrovia Benguela (KHADIAGALA, 1994; SOUTHERN AFRICA: TOWARD ECONOMIC LIBERATION, 1980).

Khadiagala (1994, p. 225, tradução própria) aponta que desde antes da independência da Rodésia, os países membros do ELF já buscavam formas de transformar a “[...] aliança política informal em um grupo econômico projetado para promover a libertação econômica” tendo a concepção da SADCC se originado na cúpula dos chefes de Estado do ELF de maio de 1979, e ressalta-se que com a independência do Zimbábue os países do Estados de Linha de Frente tiveram um alívio financeiro dos custos da guerra, uma rede de transporte e aumento do alcance da aliança.

Os objetivos de desenvolvimento da SADCC estabelecidas na Declaração, eram: I) a redução da dependência econômica, principalmente, mas não exclusivamente, da República da África do Sul; II) forjar laços para criar uma integração regional genuína e equitativa; III) a mobilização de recursos para

promover e implementar políticas regionais nacionais e interestatais; IV) ações combinadas para assegurar a cooperação internacional no âmbito da estratégia de liberação econômica (SOUTHERN AFRICA: TOWARD ECONOMIC LIBERATION, 1980).

Como apontado anteriormente, as experiências negativas em organizações regionais exerceram influência na formulação da SADCC que adotou uma estrutura descentralizada, deste modo e visando alcançar os objetivos estabelecidos na Declaração de Lusaca, cada Estado membro assumiu a responsabilidade de coordenar um ou mais setores. Murapa (2002) aponta que entre a responsabilidade de coordenar incluía a proposição de políticas e estratégias para o setor, o acompanhamento do progresso e a apresentação de relatórios ao Conselho Ministerial. A distribuição de setor por país pode ser conferida no quadro abaixo.

Quadro 4 - Atribuição de Setor por País na SADCC

País	Setor de Desenvolvimento
Angola	Comissão de energia
Botsuana	Pesquisa agrícola, produção de animais e controle de doenças de animais
Essuatíni	Desenvolvimento de recursos humanos
Lesoto	Meio ambiente, administração da terra e água
Malauí	Pesca, área florestal e vida selvagem
Moçambique	Cultura, informação, esportes, comissão de transportes e comunicação
Tanzânia	Indústria e comércio
Zâmbia	Emprego, trabalho e mineração
Zimbábue	Produção agrícola, alimentação, recursos agrícolas e naturais

Fonte: Elaborada pela autora baseado em Murapa (2002)

Khadiagala (1994) aponta que essa abordagem voluntária para os setores objetivava também reduzir os conflitos entre os membros considerando as diferenças nos sistemas políticos e econômicos entre eles, além da assimetria de poder econômico entre os Estados membros e a África do Sul.

Como indicado anteriormente, os países da África Austral eram dependentes

da África do Sul, especialmente nos setores de transporte e de comunicação, Khadiagala (1994) ressalta que dos nove Estados membros da SADCC, seis não tinham saída para o mar, sendo que apenas Angola, Moçambique e Tanzânia tinham portos, além do fato de que 75% das ferrovias da África Austral pertenciam à África do Sul, assim como os portos mais eficientes, e mesmo quando a Namíbia conquistou a independência em 1990, o principal porto namibiano (Walvis Bay) continuou sob controle da África do Sul até 1994.

Devido à dependência da rede de comunicação e transportes da África do Sul, era necessário que a SADCC criasse sistemas de comunicação e transportes de modo a reduzir a dependência da RAS, então foi criada a Comissão de Comunicações e Transporte da África Austral (SATCC)⁷⁴, porém era do interesse da África do Sul manter a África Austral dependente de modo que muitos dos ataques da RAS no âmbito da política de desestabilização aos países da SADCC se concentraram nos sistemas de transportes cujo custo estimado da sabotagem econômica provocada pela África do Sul entre os anos de 1980 e 1987 foi de aproximadamente 36 milhões de dólares (HANLON, 1986 *apud* KHADIAGALA, 1994).

A estratégia total adotada pelo governo da África do Sul envolvia as estratégias de cooptação e desestabilização. A cooptação era liderada pela CONSAS na qual a África do Sul seria a parceira dominante e esperava-se que os parceiros cessariam a ajuda aos movimentos de libertação da África do Sudoeste e da África do Sul, acabariam com as economias de modelo socialista e cortariam os laços com os países socialistas (SCHMIDT, 2013). Apesar de todas as vantagens a favor da África do Sul, como o fato de que era o principal parceiro comercial de cinco países da África Austral (Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Malauí e Zimbábue), a CONSAS fracassou, e incapaz de cooptar os países vizinhos, a África do Sul aumentou a desestabilização militar e econômica. (SCHMIDT, 2013).

Nkiwane (1988) define desestabilização como a política iniciada pela África do

⁷⁴ *Southern African Transport and Communications Commission (SATCC)*

Sul no início da década de 1980 em relação aos países vizinhos independentes e cujos objetivos eram, 1) prevenir ou interromper qualquer tipo de desenvolvimento econômico; 2) garantir que os países vizinhos se mantivessem militarmente fracos; 3) assegurar que os novos Estados independentes enfrentassem continuamente turbulências políticas e sociais internamente.

A desestabilização provocada pela África do Sul tinha como alvos os países do ELF de maneira a enfraquecê-los para impedir que continuassem apoiando os movimentos de libertação da África do Sul e da África do Sudoeste, com esse objetivo a África do Sul armou e treinou guerrilhas de oposição principalmente em Angola e Moçambique e as utilizou para atacar a população e destruir a infraestrutura, ao passo que temendo represálias da África do Sul, alguns países negaram refúgio aos movimentos de libertação o que os levou a estabelecer bases em Angola e Tanzânia (SCHMIDT, 2013).

Angola e Moçambique foram os países mais afetados pelos ataques sul africanos que entre os anos 1980 e 1988 matou mais de 2 milhões de pessoas nesses dois países, desalojou outros 7,5 milhões, destruiu a infraestrutura e devastou as economias, além de ter financiado, treinado e armado forças rebeldes nesses países e em Lesoto, Zâmbia e Zimbábue com o objetivo de desestabilizar os governos, contudo, é importante ressaltar que os outros países da África Austral não ficaram imunes uma vez que a África do Sul realizou ataques a refugiados e assassinatos também em Angola, Botsuana, Essuatíni, Moçambique, Lesoto, Zâmbia e Zimbábue (SCHMIDT, 2013).

Como apontado anteriormente diversos países ajudaram a sustentar os governos de minoria branca na África Austral, principalmente o *apartheid* na África do Sul, os EUA na figura do então presidente Ronald Reagan fez campanha e obteve um empréstimo de 1,1 bilhão de dólares do FMI para a África do Sul, valor correspondente ao custo estimado da guerra da África do Sul contra a África do Sudoeste e Angola entre os anos 1980 e 1982, ademais, ao contrário dos outros países, a RAS não precisou modificar sua política econômica para receber o

empréstimo (SCHMIDT, 2013).

A África do Sul atacou Angola em agosto de 1981 usando mais de 5 mil tropas que atacaram as bases da SWAPO matando milhares de cidadãos da África do Sudoeste e de Angola, ocupou o sul de Angola na região de fronteira com a África do Sudoeste e destruiu duas cidades angolanas, os EUA novamente demonstrando apoio ao *apartheid* vetou a resolução de condenação à violência perpetrada pela África do Sul do Conselho de Segurança da ONU (SCHMIDT, 2013).

Apesar do Conselho de Segurança da ONU já ter aprovado o plano de independência da África do Sudoeste, em 1982 os EUA introduziram a questão de que a presença de tropas cubanas em Angola representava uma ameaça para a África do Sul e condicionou a independência da África do Sudoeste à retirada das tropas cubanas de Angola, isso resultou no atraso de mais 8 anos da independência (SCHMIDT, 2013).

Na tentativa de reduzir a influência da África do Sul na África Austral por meio da rede de comunicações sul africana, os Ministros da Informação - Angola, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Moçambique, Nigéria, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue - assinaram um conjunto de resoluções conhecido como Declaração de Kadoma⁷⁵ após se reunirem na cidade de Kadoma em 30-31 de julho de 1983 (HARDY, 1984).

As preocupações dos ministros estavam em duas principais questões, 1) conter a propaganda negativa da África do Sul que defendia os ataques militares contra os países vizinhos ao nomear os locais atingidos de 'alvos terroristas' e exaltar a RAS na "luta contra o comunismo" ao mesmo tempo em que enfatizava a pobreza da economia dos países vizinhos; e, 2) melhorar a cobertura da mídia dos próprios países. Entre os pontos da Declaração constava que os jornalistas trabalhando ou reportando a partir da África do Sul não seriam permitidos, em princípio, trabalhar nos demais países da região, contudo, essa estratégia apresentava uma grave falha uma vez que os demais países da África Austral não dispunham de infraestrutura de comunicação.

⁷⁵ *Kadoma Declaration*

No tocante às dificuldades enfrentadas pelos países da África Austral, o caso do Tratado Nkomati assinado em 1984 entre a África do Sul e Moçambique, foi o primeiro tratado assinado entre a RAS e um país africano independente com um governo de maioria preta (MOHAMED, 1988). Em 1975, com a independência de Moçambique, o país se tornou uma preocupação para o governo branco minoritário da RAS por fatores, tais como, Moçambique e África do Sul compartilharem fronteira; o governo moçambicano tinha uma orientação política de esquerda; e, apoiava o CNA (MOHAMED, 1988). Contudo, diversas circunstâncias levaram o governo moçambicano a assinatura do Tratado Nkomati de modo que pode ser resumido em: “[...] pelo menos as pessoas podem comer.” (KALTER, 1984, p. 19, tradução própria).

Moçambique era um país em colapso em 1984: o período de seca, enfrentado por todos os países da região, mas de maneira mais forte por Botsuana, Lesoto, Essuatíni, Moçambique, Malauí e Zimbábue, matou aproximadamente 100 mil moçambicanos e deixou mais 4 milhões de famintos; a atuação violenta da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) com o apoio da África do Sul estava atuando em 9 das 10 províncias do país destruindo vilas e linhas de trens, por exemplo; e o colapso moçambicano não era recente, desde a independência o país enfrentava problemas econômicos por diversas razões, entre elas, o boicote moçambicano ao governo de Ian Smith na Rodésia que foi retaliado com ataque rodesianos a Moçambique, somam-se ao fato de que a economia de Moçambique era dependente da África do Sul e do Zimbábue, além da negligência do governo moçambicano com o setor de agricultura (KALTER, 1984; NORMAN, 1984; ISAACMAN, 1978; MOHAMED, 1988).

A assinatura do Tratado Nkomati, portanto, foi uma vitória da África do Sul porque neutralizou um importante adversário, contudo, as circunstâncias enfrentadas por Moçambique e que, conseqüentemente, forçaram o país a um acordo de paz com o regime do *apartheid* da RAS, evidenciaram que o tratado era mais uma ferramenta de "contenção e conquista" do que "reconciliação e

compromisso” (MOHAMED, 1988). Omari e Macaringue (2007) apontam que outros acordos de não agressão foram assinados entre a África do Sul e países governados pela maioria preta e mantidos em segredo o que aponta para uma mudança na postura dos países que foram forçados, devido a dificuldades econômicas, a cooperar com a RAS antes do fim do *apartheid*.

Como apontado anteriormente, o Tratado Nkomati fragilizou a atuação de Moçambique na luta contra o *apartheid* e a ocupação da África do Sudoeste uma vez que o país teve que se comprometer em parar de fornecer abrigo aos combatentes do CNA, enquanto a África do Sul retirou o apoio fornecido ao RENAMO (KALTER, 1984). Ademais, em um período de nove meses, não apenas Moçambique, como também Lesoto e Essuatíni restringiram sua atuação ao apoio moral e diplomático fragilizando, conseqüentemente, a atuação do ELF contra os governos de minoria branca da África do Sul e África do Sudoeste, e a atuação da SADCC na tentativa de quebrar a hegemonia econômica da África do Sul (KALTER, 1984).

No quadro 5, abaixo, apresenta-se as datas, locais, participantes, convidados e questões abordadas nas reuniões de cúpula do ELF entre os anos 1980 (pós independência do Zimbábue) e 1985, nesse período ocorreram quatorze cúpulas, cinco delas na Zâmbia, três em Moçambique e três na Tanzânia e uma em Angola, Nigéria e Zimbábue. Nota-se que neste período de cinco anos a desestabilização e ataques da RAS e a questão da independência da África do Sudoeste dominaram todas as cúpulas (não há detalhes para uma das cúpulas).

Ainda no quadro 5, verifica-se que havia convidados em todas as quatorze cúpulas que ocorreram no período de 1980 e 1985, além dos representantes dos movimentos de libertação da África do Sul e da África do Sudoeste, estiveram presentes nas cúpulas do ELF os presidentes da Nigéria e do Kênia.

Outro ponto digno de nota é que não há menção, até 1981, de qualquer discussão que tenha originado a SADC. Conforme é verificado no quadro 5, em abril de 1981 a cúpula do ELF discutiu a política de desenvolvimento da África Austral.

Sobre o Acordo Nkomati entre a África do Sul e Moçambique e que foi discutido anteriormente, observa-se na quadro 5 que o Acordo Nkomati era uma fonte de preocupação para os ELF uma vez que o Acordo em questão foi discutido em duas cúpulas, uma em abril de 1984 e outra em março de 1985 denunciando que a África do Sul não estava honrando os termos acordados que já eram extremamente desvantajosos para Moçambique e os países independentes com governos de maioria da África Austral.

Quadro 5 - Cúpulas da Aliança do ELF - 1980-1985

Data	Local	Participantes	Questões Discutidas
2/6/1980	Lusaca (ZAM)	Santos; Khama; Machel; Nyerere; Kaunda e Robert Mugabe (ZIM); Convidados: Nujoma e um representante da Nigéria	Alteração do foco do Zimbábue para a África do Sudoeste; discutir os ataques da RAS em Angola e abrigar os rebeldes anti-governo de Moçambique.
17/2/1981	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire (BOT - novo presidente), Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; Convidado: Nujoma	Revisar a atual situação na África Austral; condenar a RAS por continuar treinando os dissidentes da ANG, MOZ, ZAM e ZIM; condenar a RAS pelo ataque à MOZ; reafirmar a confiança no Grupo de Contato.
16/4/1981	Luanda (ANG)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mangwende ⁷⁶ ; convidado: Shehu Shagari ⁷⁷ (NIG)	Discutiram a atual política de desenvolvimento da África Austral, especialmente a África do Sudoeste.
11/9/1981	Lagos (NIG)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; convidado: Shagari; Líderes dos movimentos não foram convidados.	Discutiram a invasão de Angola pela África do Sul.
22/1/1982	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; Convidados: Shagari, Daniel Moi ⁷⁸ (KEN), Tambo e Nujoma	Formular uma estratégia de resposta à proposta de independência da África do Sudoeste formulada pelo Grupo de Contato.
6-7/3/1982	Maputo (MOZ)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; Convidados: Tambo e Nujoma	Revisar e discutir a situação da África Austral, especialmente a África do Sudoeste.
14/6/1982	DES	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; Convidados: Tambo e Nujoma	Chegar a uma proposta comum às últimas propostas do Grupo de Contato para a África do Sudoeste.

⁷⁶ Ministro de Relações Exteriores representando Mugabe

⁷⁷ Presidente da Nigéria

⁷⁸ Presidente do Kênia

21/2/1983	Harare (ZIM)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; Convidados: Tambo e Nujoma	Rejeitou a proposta de vincular a saída das tropas de Cuba de Angola à independência da África do Sudoeste;
12/5/1983	DES	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; Convidados: Tambo e Nujoma	Os Ministros do Exterior do ELF participaram; demandaram a retirada das tropas da RAS do sul de Angola; condenaram a desestabilização provocada pelo <i>apartheid</i> ; rejeitou a vinculação entre Angola e África do Sudoeste; reafirmaram o apoio aos movimentos de libertação.
29/4/1984	Arusha (TAN)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Reafirmação do comprometimento com a luta de libertação da África do Sudoeste e da África do Sul; reafirmar que a libertação total da África é essencial para a segurança, em especial do ELF; discutir o Acordo Nkomati e o comprometimento em parar a desestabilização de Moçambique provocada pela RAS.
20/10/1984	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; convidados: Moi, Nujoma e Tambo.	Condenou RAS pela brutalidade e convocou a comunidade internacional a apoiar a luta pela libertação para acabar com o <i>apartheid</i> .
8/3/1985	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Revisar a situação da África Austral; denunciar o Acordo Nkomati como uma falha porque a RAS o estava violando desde o início.
18/8/1985	Maputo (MOZ)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; líderes dos movimentos não foram convidados	Não foram fornecidos detalhes.
15/9/1985	Maputo (MOZ)	Santos, Masire, Machel, Nyerere, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Condenou o estado de emergência imposto pela RAS; chamada ao fim do banimento do CNA e a libertação dos prisioneiros; homenagem a Nyerere pela presidência do ELF; Kaunda escolhido como novo presidente do ELF;

Fonte: Omari (1991)

Anglin (1988) aponta que a África Austral estava sofrendo de três tipos de aflições, seca, débito e desestabilização; a seca sendo mais severa em Botsuana, Malauí, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue. Como apontado anteriormente, os Estados da África Austral estavam em uma situação econômica frágil, e cujos débitos foram amplamente explorados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), principal ferramenta de exploração e controle utilizado pelos países ocidentais, Anglin (1988) aponta, por exemplo, que após anos de resistência, Tanzânia e Moçambique se viram obrigadas a recorrer ao FMI, curiosamente quase ao mesmo tempo em que o governo da Zâmbia se viu incapaz de honrar com as exigências do FMI diante da crise interna.

Somando-se às crises provocadas pela seca e pelos débitos, os Estados da África Austral eram alvos da campanha de desestabilização provocada pelo governo de minoria branca da África do Sul, cujo status de poder regional se traduz no estado de insegurança constante dos países da região (ANGLIN, 1988) e os tornavam vulneráveis a pressão da RAS, como apontado anteriormente pelo estado fragilizado de Moçambique e que levou ao Tratado Nkomati.

Em 1987 a África do Sul lançou seu maior ataque empreendido até então contra Angola, envolvendo 6 mil tropas da Força de Defesa da África do Sul (SADF)⁷⁹ que foi respondido por Cuba e a União Soviética que enviaram, respectivamente, mais 15 mil soldados e armas e equipamentos sofisticados (SCHMIDT, 2013). De acordo com Schmidt (2013) foi a partir de março de 1988, quando a África do Sul não mais controlava a região fronteira entre Angola e África do Sudoeste e não estava disposta a arcar com a alta taxa de mortalidade de pessoas brancas nos ataques, que a RAS aceitou a inevitabilidade da independência da África do Sudoeste.

Saunders (2019) afirma que desde meados de 1970 o governo sul-africano havia aceitado a necessidade de conceder algum tipo de Independência para a África do Sudoeste, mas esperava manter o controle e para isso era necessário

⁷⁹ *South African Defense Force (SADF)*

evitar que a SWAPO alcançasse o poder, dessa maneira, a África do Sul apoiou várias iniciativas anti-SWAPO, como o Governo de Transição de Unidade Nacional⁸⁰ em 1985, enquanto a SWAPO e seus apoiadores continuavam exigindo a independência genuína com eleições justas.

No quadro 6, abaixo, apresentam-se as datas, locais, participantes, convidados e questões abordadas nas reuniões de cúpula do ELF entre os anos 1986 e 1990, neste período ocorreram vinte e duas cúpulas, onze delas na Zâmbia, quatro em Moçambique, quatro em Angola, uma em Botsuana, uma na RDC (antigo Zaire), uma na Sérvia (antiga Iugoslávia).

Nota-se, por meio do quadro 6 que neste período de cinco anos (1986-1990) a desestabilização e ataques da RAS, especialmente à Angola e Moçambique, continuaram dominando as discussões das cúpulas juntamente com as discussões sobre a imposição de sanções pelos ELF e a dependência que os países da África Austral tinham da África do Sul, principalmente em relação ao setor de transportes. Não há detalhes para quatro cúpulas (uma em 1988, duas em 1989 e uma em 1990).

No quadro 6 é possível observar que em três das vinte e duas cúpulas, não haviam convidados e, além dos líderes dos movimentos de libertação da África do Sudoeste e da África do Sul, também foram convidados os representantes da OUA e Mobutu (governante do Zaire).

⁸⁰ *Transitional Government of National Unity*

Quadro 6 - Cúpulas da Aliança do ELF - 1986-1990

Data	Local	Participantes	Questões Discutidas
Agosto/ 1986	Luanda (ANG)	Santos, Masire, Machel, Ali Hassan Mwinyi (TAN - novo presidente), Kaunda e Mugabe; convidados: Denis Sassou-Nguesso (presidente da OUA), Ide Omarou (secretário-geral da OUA), Nujoma e Tambo	Revisar a situação político-militar especialmente as atividades militares da SADF em Angola.
12/10/ 1986	Maputo (MOZ)	Santos, Masire, Machel, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; líderes dos movimentos de libertação não foram convidados	Revisar a situação da África Austral, especialmente de Moçambique e em Angola; encontrar formas do Zaire e o Malauí reduzirem a assistência a grupos de rebeldes e desviar o tráfego comercial da RAS devido às sanções a serem impostas pelo ELF.
19/10/ 1986	Mbala (ZAM)	Santos, Machel ⁸¹ , Kaunda; convidado: Mobutu ⁸² (RDC)	Solicitaram Mobutu a cessar o apoio aos grupos rebeldes; discutiram como desviar o tráfego comercial do Malauí e Zaire da RAS antes das sanções do ELF.
28/10/ 1986	Maputo (MOZ)	Santos, Masire, Mwinyi, Kaunda, Mugabe e Marcelino dos Santos ⁸³ ; convidados: Nujoma e Tambo	Culparam RAS pela morte de Machel; imploraram apoio internacional a Moçambique; criticaram EUA pelo apoio à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA); criticaram França e outros países por permitir Savimbi ⁸⁴ visitá-los.
22/11/ 1986	Gbadolite (RDC)	Santos, Joaquim Chissano (MOZ - novo presidente), Kaunda, Mugabe; Convidado: Mobutu. Líderes dos movimentos não foram convidados.	Discutir a redução da dependência comercial da região da RAS; examinar a cooperação regional na reorganização do sistema de transportes e a abertura da estrada de ferro Benguela; discutir meios de reduzir a atuação de grupos de desestabilização em Moçambique e Angola.

⁸¹ Machel morreu em um acidente de avião na volta da reunião.

⁸² Mobutu Sese Seko - governante do Zaire, atual RDC

⁸³ Representando Moçambique

⁸⁴ Jonas Savimbi, líder da UNITA.

21/12/1986	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe. Convidados: Nujoma e Tambo.	Revisar a situação político-militar na África Austral; discutir os problemas da imposição de sanções contra a RAS; prometeu assistência militar à Moçambique; atividades da RENAMO e a assistência fornecida pelo Malauí.
Abril/1987	Luanda (ANG)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe. Convidados: Nujoma e Tambo.	Discutir as medidas de desenvolvimento e rotas alternativas marítimas antes das sanções serem impostas pelo ELF.
Julho/1987	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma, Tambo e um representante do CPA.	Zâmbia e Zimbábue não consideravam viável cortar as ligações aéreas com a África do Sul.
Setembro/1987	Maputo (MOZ)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Condenaram a desestabilização, agressão e terrorismo da RAS contra o ELF; repetiram o apelo pelo apoio internacional internacional aos movimentos de libertação e contra o <i>apartheid</i> .
25/3/1988	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Revisar a situação interna da RAS, Angola e Moçambique; chamada à RAS para negociar com os verdadeiros movimentos de libertação da África Austral; elogiar Cuba pela assistência prestada a Angola diante da invasão da RAS.
16/7/1988	Maputo (MOZ)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Precedido pela reunião da SADCC. Não foram fornecidos detalhes.
8/8/1988	Luanda (ANG)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidado: Nujoma	Revisar a situação da África Austral; elogiar as iniciativas de paz de Angola; elogiar a assistência militar de Cuba à Angola.
27/11/1988	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Não foram fornecidos detalhes. A reunião ocorreu dias após a assinatura de acordos entre Cuba, Angola e África do Sul pela independência da África do Sudoeste e retirada das tropas de Cuba de Angola.
27/12/1988	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Revisar a situação da África Austral, especialmente Angola; chamada aos EUA para interromper a assistência fornecida à UNITA.

8/3/1989	Gaborone (BOT)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma, Tambo e Johnson Mulambo (pres. CPA)	Condenou a conspiração da RAS na eleição da África do Sudoeste; lamentou que a força da UNTAG tenha sido reduzida, apesar dos repetidos protestos do ELF e da OUA.
21/3/1989	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidado: Nujoma	Não foram fornecidos detalhes.
6/4/1989	Luanda (ANG)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma e Tambo	Revisar a situação da África Austral, especialmente na África do Sudoeste; ELF ofereceram enviar tropas para África do Sudoeste para ajudar a preencher o vácuo de segurança na fase final da independência e que foi recusado pela ONU.
9/8/1989	Lusaca (ZAM)	Santos, [Masire enviou um representante], Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe	Revisar a situação da África Austral e preparar o relatório da OUA; apoiar totalmente Chissano na tentativa de trazer paz a Moçambique; comentar a iniciativa de Mobutu de negociar entre a UNITA e o governo de Angola.
6/9/1989	Belgrado (SRB)	Santos, Chissano, Mwinyi e Mugabe	Não foram fornecidos detalhes.
16/11/1989	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidado: Nujoma	Revisar os acontecimentos em Angola, Moçambique, África do Sul e África do Sudoeste.
22/1/1990	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi, Kaunda e Mugabe; convidados: Nujoma, Alfred Nzo (atuando como presidente do CNA) e outros membros	Reunião por solicitação do CNA. Não foram fornecidos detalhes.
18/3/1990	Lusaca (ZAM)	Santos, Masire, Chissano, Mwinyi e Kaunda; convidados: Nujoma, Nzo, Hosni Mubarak (presidente - OUA) e Salim A. Salim (secretário-geral - OUA)	Formular a agenda para o comitê <i>Ad Hoc</i> da OUA 19 de março de 1990 que estava revisando os acontecimentos recentes da África Austral; o CNA apresentou as condições das negociações com o governo da África do Sul.

Fonte: Omari (1991)

A África do Sul começou a negociar a saída da África do Sudoeste e do sul de Angola assinando um cessar-fogo com Angola e Cuba em julho de 1988 e em dezembro do mesmo ano os três países assinaram um acordo que estabelecia a saída das tropas sul-africanas e cubanas de Angola para que fosse implementada a resolução 435 do Conselho de Segurança da ONU que tinha sido lançado quase uma década antes (SCHMIDT, 2013). Schmidt (2013) pontua que a SWAPO não foi convidada para as negociações de 1988 e mais uma vez o destino do povo namibiano havia sido decidido sem ele.

Retomando ao quadro 6, verifica-se que em 6 de abril de 1989 o ELF ofereceu tropas para auxiliar no processo final da transição para a independência da África do Sudoeste e cujo auxílio foi recusado pela ONU embora a quantidade de tropas da UNTAG estivesse reduzida, este ponto é válido mencionar porque ainda em abril de 1989 quase 300 soldados da SWAPO foram assassinados pela SADF “[...] em uma operação autorizada pela falta de pessoal da ONU, cujas próprias forças foram drasticamente reduzidas pelos membros permanentes do Conselho de Segurança que não queriam pagar a conta.” (SCHMIDT, 2013, p. 127, tradução própria).

Em 21 março de 1990 a Namíbia foi considerada independente e Sam Nujoma, líder da SWAPO, proclamado o primeiro presidente. As eleições que levaram à independência namibiana ocorreram em novembro de 1989 e foram consideradas justas pela ONU e outros observadores internacionais, nessa eleição a SWAPO conquistou 57% dos votos e a maioria dos assentos na Assembleia Constituinte. (SCHMIDT, 2013). Entretanto, a questão namibiana só seria finalizada com a devolução para a Namíbia do porto Walvis Bay que havia permanecido sob controle sul africano.

3.3 A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)

Em fevereiro de 1990 o governo da África do Sul retirou o banimento aos grupos de oposição e começou a libertar prisioneiros como Nelson Mandela, que

estava preso há 27 anos. O colapso iminente da União Soviética fragilizou o argumento da ameaça comunista que mantinha o apoio dos países ocidentais ao regime do *apartheid*, contudo, conforme aponta Schmidt (2013) foram necessários mais quatro anos de negociações.

Quando o *apartheid* começou a desmoronar, no início da década de 90, e a África do Sul foi incapaz de continuar sustentando as guerras regionais, isso acarretou na paz em Moçambique. O FRELIMO e o RENAMO assinaram o Acordo Geral de Paz de Roma em outubro de 1992 que foi seguido por um período de transição de dois anos supervisionado pela ONU e outros supervisores internacionais seguido pelas eleições vencidas pelo FRELIMO com o RENAMO conquistando a minoria do Parlamento, aceitando a derrota e reconhecendo a vitória do FRELIMO (SCHMIDT, 2013).

Em Angola, contudo, o resultado não foi bem sucedido, após a assinatura do Acordo Bicesse em maio de 1991 seguido pelo cessar fogo monitorado pela ONU e eleições multipartidárias internacionalmente supervisionada em setembro de 1992, as eleições foram consideradas justas e livres, o MPLA venceu às eleições, a UNITA, contudo, não reconheceu o resultado eleitoral e a guerra angolana perdurou por mais dez anos se encerrando apenas em fevereiro de 2002 com a morte do líder do grupo, Jonas Savimbi. É fundamental destacar que Angola e Moçambique não se recuperaram totalmente da guerra de desestabilização provocada pela África do Sul (SCHMIDT, 2013).

Em agosto de 1992 a SADC foi criada para substituir a SADCC promovendo a mudança na organização que passou de uma Conferência e de caráter flexível para se tornar um bloco de integração regional formal, uma Comunidade, buscando harmonizar comércio, políticas comerciais e monetárias. Khadiagala (1994) defende que a SADC foi criada em antecipação à África do Sul se juntar à Organização, esse ponto tem fundamento ao considerarmos as condições estabelecidas no artigo 8 do Tratado da SADC para a admissão de novos membros que entre os pontos estabelece “A adesão à SADC não deve estar sujeita a quaisquer reservas.”

(TREATY OF THE SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY, 1992, p. 6, tradução própria)

O Tratado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral⁸⁵ transformou a SADCC em SADC, mudança adotada para incluir e integrar os demais países independentes da África Austral, também é importante ressaltar que na reunião de Cúpula da SADCC de 25 de agosto de 1989 já haviam apontado a necessidade de substituir o *Memorandum* da SADCC por um Tratado. (SADC HEAD OF STATE AND GOVERNMENT, 2006; SADC, 2021b). A SADC foi estabelecida em 17 de agosto de 1992 pelos chefes do Estado ou governo de Angola, Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Malauí, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Os princípios da Comunidade estabelecidos no artigo 4 do capítulo três, eram: 1) Igualdade soberana de todos os Estados Membros; 2) Solidariedade, paz e segurança; 3) Direitos humanos, democracia e Estado de direito; 4) Equidade, equilíbrio e benefício mútuo; 5) Solução pacífica de controvérsias. Visando o cumprimento destes objetivos, o artigo 6 estabelece que “SADC e os Estados Membros não discriminarão nenhuma pessoa com base em gênero, religião, visão política, raça, origem étnica, cultura ou deficiência.”, e ainda que “SADC não discriminará nenhum Estado Membro.” (TREATY OF THE SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY, 1992, p. 5, tradução própria).

Os objetivos da SADC definidos em 1992, eram muito mais amplos do que aqueles objetivos estabelecidos pela SADCC em 1980, a saber, no Tratado da Comunidade são decretados no artigo 5 do capítulo três, os seguintes objetivos: 1) Alcançar o desenvolvimento e crescimento econômico, redução da pobreza, melhorar o padrão e qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos por meio da integração regional; 2) Desenvolver valores, sistemas e instituições políticas comuns; 3) Promover e defender a paz e a segurança; 4) Promover o desenvolvimento auto sustentável com base na autossuficiência coletiva e na interdependência dos Estados Membros; 5) Alcançar a

⁸⁵ *Treaty of the Southern African Development Community*

complementariedade entre os programas e estratégias nacionais e regionais; 6) Promover e maximizar o emprego produtivo e utilização dos recursos da Região; 7) Alcançar a utilização sustentável dos recursos naturais e a proteção efetiva do meio ambiente; 8) Fortalecer e consolidar as duradouras afinidades e laços históricos, sociais e culturais entre os povos da Região (TREATY OF THE SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY, 1992, p. 5, tradução própria).

Nota-se que os objetivos da SADC podem ser classificados em duas categorias amplas, desenvolvimento e economia - o que vai além do comércio e ganho financeiro e inclui desenvolvimento auto sustentável, interdependência, complementariedade, proteção do meio ambiente e utilização responsável dos recursos naturais; e política e segurança - que inclui a defender a paz e segurança, promover valores e instituições políticas comuns e fortalecer os laços históricos, sociais e culturais.

Ainda no Tratado de 1992, a SADC estabelece a criação de seis instituições, são elas, 1) A Cúpula de Chefes de Estado e Governo; 2) O Conselho de Ministros; 3) Comissões; 4) O Comitê Permanente de Oficiais; 5) O Secretariado; 6) O Tribunal (TREATY OF THE SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY, 1992, p. 6, tradução própria)

Com o fim do *apartheid* e com a África do Sul se juntando à SADC, o ELF foi transformado no Órgão de Cooperação em Política, Defesa e Segurança (OPDSC)⁸⁶ e o ISDSC foi incorporado pelo OPDSC. Esse novo Órgão englobava todos os Estados membros da SADC. De acordo com Moma (2009) essa transformação indicava uma mudança e continuidade ao mesmo tempo que pode ser melhor compreendida ao notar que o projeto de transformação do ELF em OPDSC se iniciou em 1994, o Órgão estabelecido em 1996, o protocolo assinado em 2001 e o Pacto de Defesa Mútuo de Defesa da SADC e o Plano Estratégico Indicativo do Órgão em 2003.

O ELF enfatizava a flexibilidade, informalidade e ausência de instrumentos

⁸⁶ *Organ on Politics, Defense and Security Cooperation* (OPDSC)

legais e era restrito a poucos Estados, o OPDSC por outro lado, possui uma estrutura organizacional complexa e abrange todos os membros da SADC, pontua-se que enquanto o ELF foi transformado no OPDSC, o ISDSC permaneceu como antes. (MOMA, 2009). A continuação da Organização, apesar do fim dos governos de minoria branca e da crise de reformulação, aponta a importância para a região e o interesse dos Estados em garantir a continuidade das características do ELF, ademais, em algum nível a nova estrutura de segurança regional permanece ligada aos padrões de cooperação e organização desenvolvido pelo ELF e o ISDSC no OPDSC. (MOMA, 2009)

4 Conclusão

Esta dissertação foi escrita de modo a descrever detalhadamente e cronologicamente a evolução do regionalismo na África Austral utilizando as lentes do institucionalismo histórico e do regionalismo. A descrição do regionalismo da África Austral se deu por meio de duas organizações, uma informal - o ELF - e uma formal - a SADCC - que mudaram e evoluíram com o tempo, resultando na SADC.

Como apontado na introdução, a questão que guiou a realização desse estudo foi, como os governos de minoria branca da África do Sul, Namíbia e Zimbábue influenciaram indiretamente a formação da SADC? E a partir desta pergunta de pesquisa objetivou-se testar a hipótese de que a criação da SADC foi o resultado das estratégias adotadas pelos países da África Austral para conter os governos de minoria branca da região.

Conforme apontado no capítulo anterior, após extensas análises bibliográficas e documentais ficou comprovada que a hipótese de que 'a criação da SADC foi o resultado das estratégias adotadas pelos países da África Austral para conter os governos de minoria branca da região' é verdadeira, ou seja, a criação da SADC em 1992 foi o resultado de diversas estratégias adotadas pelos países da África austral desde 1975.

A primeira e principal estratégia adotada pelos países da África Austral foi a criação do ELF, embora ele tenha surgido de modo orgânico e informal, o objetivo era enfrentar e pôr fim nos governos de minoria branca da região (África do Sul, Namíbia e Zimbábue) através do apoio aos movimentos de libertação desses países. Esses governos de minoria branca representavam uma ameaça aos países vizinhos independentes e com governos de maioria.

A segunda estratégia adotada pelos países da África Austral para enfrentar os governos de minoria branca da região foi a SADCC. Com um caráter exclusivamente econômico, o principal objetivo da organização era a redução da dependência econômica, especialmente em transportes e comunicação, que os países da região

tinham da África do Sul, criar laços para a integração e mobilizar recursos para implementar políticas. Conforme apontado, os países da África Austral eram pobres e fracos militarmente e economicamente quando comparados à África do Sul, a união e cooperação por meio de uma organização os fortalecia como um todo.

É importante apontar que desde a criação do ELF havia um forte desejo de libertar os países vizinhos e o sentimento de solidariedade que guiava os países da África Austral, especialmente quando consideramos o quanto os países vizinhos à África do Sul foram atacados, bombardeados e sabotados resultando em milhões de cidadãos mortos, um ainda maior número da população desalojada e ainda somava-se a isso as crises econômicas que deixavam os países vulneráveis e a população faminta, especialmente porque todos os países da região foram atacados em alguma medida. Ademais, pode-se apontar a formação de uma corrente de apoio que se formou uma vez que cada país que era liberto se juntava imediatamente ao ELF e à SADCC para apoiar a luta pela liberdade dos outros países.

Assim como foi possível responder à questão de pesquisa e comprovar a hipótese, os objetivos geral e específico dessa pesquisa, que foram: identificar, descrever e analisar as estratégias adotadas pelos países da região da África Austral, entre os anos 1975 e 1994, para enfrentar os governos de minoria branca da região; e descrever o contexto regional da África Austral por meio da análise bibliográfica e documental, respectivamente, também foram atendidos.

A opção pela teoria de regionalismo para este estudo foi devido ao fato de que o regionalismo usualmente leva ao desenvolvimento de instituições devido à cooperação regional por meio dos valores, identidades e objetivos comuns (SÖDERBAUM; GRANIT, 2014). Conforme discutido no capítulo dois, cada uma das instituições - ELF, SADCC e SADC - tinham objetivos e caráter diferentes que foram moldadas pelo contexto regional e mundial em que foram criadas.

O ELF foi uma aliança informal, de caráter político e securitário, que se iniciou por meio da relação pessoal entre dois chefes de Estado e que se expandiu para agregar outros chefes de Estado que compartilhavam o mesmo objetivo, o fim dos

governos de minoria branca na região da África Austral e o apoio aos movimentos de libertação desses países (África do Sul, Namíbia e Zimbábue), e, conseqüentemente, a segurança interna dos países e da região em geral uma vez que os governos de minoria branca representavam uma ameaça.

A SADCC, de caráter mais formal que o ELF, já que lançava mão de uma Declaração e um Memorando de Entendimento para oficializar a cooperação entre os Estados Membros, de cunho econômico e político e cuja filiação era mais abrangente, foi criada para responder aos desafios econômicos e à dependência dos demais países da região da África Austral à África do Sul. A criação da SADCC ocorreu quando os membros do ELF reconheceram que a aliança era insuficiente e incapaz de responder aos novos desafios.

A SADC, também de caráter formal, criada por meio de um Tratado, agrega objetivos econômicos, políticos, securitários e de desenvolvimento auto sustentável e, por sua vez, foi concebida em um contexto diferente das duas instituições que a precederam. A SADC foi criada quando a Guerra Fria já havia sido encerrada, o que significa que o contexto mundial não era mais marcado por disputas ideológicas, os governos de minoria branca estavam acabados e todos os países da África Austral eram independentes, além do mais, o *apartheid* estava em processo de desmantelamento e a África do Sul em transição para as primeiras eleições democráticas, o que se traduziu em redução das ameaças externas e segurança regional uma vez que os países da África Austral não mais temiam ataques, invasões, sabotagem ou financiamento de guerrilhas com o objetivo de desestabilizar o governo.

Söderbaum e Granit (2014) listam como características do regionalismo clássico: moldado pela lógica da Guerra Fria, com objetivos específicos e exclusivo com relação à filiação; enquanto o regionalismo contemporâneo tem como características o multipropósito, atento aos desafios globais, heterogêneo e inclusivo em relação aos membros. Todas essas características podem ser observadas no ELF, na SADCC e SADC, no momento em que foram criadas com o ELF e a SADCC

se configurando como pertencentes ao regionalismo clássico e a SADC ao regionalismo contemporâneo.

O ELF conquistou o objetivo proposto, que era o fim dos governos de minoria branca por meio do apoio aos movimentos de libertação desses países (África do Sul, Namíbia e Zimbábue). A SADCC conquistou parte dos objetivos, visto que os laços foram forjados entre os membros de modo a caminhar para a formação de um bloco de integração regional e as ações de cooperação bem como a mobilização de recursos para implantação de políticas regionais foram alcançadas, talvez não enquanto a SADCC existia, mas sim após sua transformação em SADC.

Vabulas e Snidal (2013) apresentam as características positivas das organizações intergovernamentais formais e informais, nas características das organizações formais: compromisso vinculativo, supervisão coletiva mais forte, controle coletivo da informação, baixos custos de transação de longo prazo para implementação contínua, capacidade centralizada, estabilidade, e gestão durante problemas de rotina. Por outro lado, dentre as características das organizações informais têm-se, maior flexibilidade, maior autonomia estatal, controle mais rígido da informação, baixo custo de transação de curto prazo, rapidez em novos arranjos, burocracia mínima, baixo custo, gestão durante muita incerteza (crises).

A teoria do regionalismo também abordou as diferenças quanto aos níveis de legalização e formalização das organizações, apontando que alguns países podem preferir a flexibilidade dos acordos informais e outros as garantias proporcionadas por acordos formais, além do fato de que a preferência dos países podem ser alteradas a depender do contexto global, regional e/ou doméstico (FAWCETT, 2016; KOREMENOS; LIPSON; SNIDAL, 2001).

Baseado nas características das organizações intergovernamentais formais e informais apresentadas por Vabulas e Snidal (2013), assim como pelos diferentes níveis de legalização e formalização das organizações regionais apresentadas acima, é possível categorizar o ELF em uma ponta do espectro de formalização como informal, a SADC na outra ponta da formalização como formal, já que possui

um Tratado. Ademais, como apontado no capítulo três, as experiências negativas dos Estados em organizações regionais anteriores exerceram influência nas características do ELF, que era informal, e na SADCC que adotou uma estrutura descentralizada.

No âmbito da teoria do institucionalismo histórico, é válido lembrar que a ênfase está em “[...] como o momento e a sequência dos eventos, geram instituições formais e informais [...]” (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016, p. 2), em adição o contexto é uma característica fundamental que estabelece “[...] como os aspectos relevantes de uma configuração na qual uma matriz de condições leva a um resultado de um escopo e significado definidos [...]” (FALLETI; LYNCH, 2009, p. 1143 e 1152, tradução própria), conforme já foi apontado, esse estudo foi estruturado e escrito de modo a demonstrar como a sequência de eventos e o contexto nacional, regional e global moldaram a decisão dos atores e o caráter e o motor por trás de cada umas das três organizações abordadas.

A importância da conjuntura crítica - que é um período de mudança significativo - reside no fato de que, nos estudos institucionais históricos, ela pode se caracterizar como marcadores iniciais do processo de dependência de trajetória (FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016; COLLIER; COLLIER, 1991). Ao longo deste trabalho foi possível identificar diversos momentos de mudanças significativas, mas nem todas podem ser caracterizadas como conjuntura crítica, assim sendo, conforme o conhecimento desenvolvido ao longo desta dissertação arrisco apontar duas conjunturas críticas, 1) a criação do ELF a partir do qual as organizações intergovernamentais regionais da África Austral foram criadas e que moldou também as ações praticadas e a maneira como os Estados da região responderam aos governos de minoria branca, e, 2) o fim do *apartheid*, que representou o fim das ameaças e ataques regionais aos países na África Austral, isso significou que o medo que pairava sobre a região desde antes de 1948 tinha chegado ao fim.

Cabe apontar ainda que os conceitos de intercorrência - que se refere ao fato da criação e mudança institucional ser um processo contínuo - e o processo de

mudança institucional gradual - que advoga que são as disputas políticas diárias que moldam as estruturas das instituições e cujas mudanças são melhor compreendidas como o resultado cumulativo de várias décadas (PIERSON, 2003; MAHONEY, THELEN, 2010; FIORETOS; FALLETI; SHEINGATE, 2016; ORREN; SKOWRONEK, 1994) são conceitos fundamentais para compreender a mudança nas características das instituições: o ELF, uma aliança de configuração informal, sem sede, sem estatuto e “sem regras” para a SADCC, uma organização com atribuições a cada membro, de caráter econômico e mais formalizado e ambas se transformaram e evoluíram de tal modo que resultou na formação da SADC.

5 Referências Bibliográficas

AFRICAN UNION (AU). **Handbook 2020 - Silencing the Guns: Creating Conducive Conditions for Africa's Development**. 7^a Ed. Addis Ababa, 2020.

Disponível em:

https://au.int/sites/default/files/documents/31829-doc-au_handbook_2020_english_w eb.pdf

ANGLIN, Douglas G. Zimbabwe: Retrospect and Prospect. **International Journal**, v. 35, p. 663-700, 1980. DOI: 10.1177/002070208003500403

ANGLIN, Douglas G. The Frontline States and the Future of Southern Africa. *In*: DOWDY, William L.; TROOD, Russell B. (Eds.) **The Indian Ocean: Perspectives on a Strategic Arena**. Durham: Duke University Press, 1985. p. 246-266. ISBN: 978-0822306498

ANGLIN, Douglas G. Southern Africa under Siege: Options for the Front Line States. **The Journal of Modern African Studies**, v. 26, n. 4, p. 549-565, 1988. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/161319>

APPLYING Process Tracing in Five Steps. **Centre for Development Impact**, Practice Paper Annex, n. 10, April 2015.

ASANTE, S. K. B. **Regionalism and Africa's Development: Expectations, Reality, and Challenges**. Hampshire: Macmillan Press LTD, 1997. DOI: 10.1007/978-1-349-25779-9

ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, David. O Pan-africanismo e a Integração Regional. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds) **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 873-896. ISBN: 978-85-7652-130-3

ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Hellen. **Post-Colonial Studies: The Key Concepts**. 2 ed. New York: Routledge, 2007. ISBN10: 0-203-44997-5 (ebk)

BACH, Daniel. The Global Politics of Regionalism: Africa. *In*: FARRELL, Mary; HETTNE, Björn; LANGENHOVE, Luk Van. **Global Politics of Regionalism: Theory and Practice**. London: Pluto Press, 2005. p. 171-186. ISBN: 074532262X

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines**. Ann Harbor: University of Michigan Press, 2013. ISBN-10: 047205189X

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: Editora UnB, 1998. ISBN: 85-230-0308-8

BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas. Introduction: Framework of the Handbook and

Conceptual Clarifications. *In*: BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas (Eds.) **The Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 4-16. ISBN: 9780199682300

BROWN, Chris. Southern Africa in the post-apartheid era: the freeing of domestic politics. **International Journal**, v. 46, n. 2, p. 267-290, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1177/002070209104600204>

CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, R. Daniel. The Study of Critical Junctures: Theory, Narrative, and Counterfactuals in Historical Institutionalism. **World Politics**, v. 59, n. 3, p. 341-369, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0043887100020852>

CHANAIWA, David. A África Austral. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds) **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 295-334. ISBN: 978-85-7652-130-3

CILLIERS, Jakkie. Building security in Southern Africa: An update on the evolving architecture. **ISS Monograph Series**, n. 43, November 1999.

COLLIER, Ruth Berins; COLLIER, David. **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2002. ISBN-10: 0268017727

COX, Richard. **Pan-Africanism in Practice: An East African Study**, PAFMECSA 1958-1964. London: Oxford University Press, 1964.

CROWDER, Michael. A África sob Domínio Britânico e Belga. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds) **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 89-121. ISBN: 978-85-7652-130-3

DAR ES SALAAM DECLARATION ON SOUTHERN AFRICA, **Southern Africa Record**, Number Two, The South African Institute of International Affairs, p. 37-43, April 1975.

ELAIGWU, J. Isawa; MAZRUI, Ali A. Construção da Nação e Evolução das Estruturas Políticas. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds) **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 519-563. ISBN: 978-85-7652-130-3

EVANS, Laura. South Africa's Bantustans and the dynamics of 'decolonisation': reflections on writing histories of the homelands. **South African Historical Journal**, v. 64, n. 1, p. 117-137, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/02582473.2012.655941>

EVANS, M. The Front Line States, South Africa and Southern African Security: Military Prospects and Perspectives. **Zambezia**, XII, 1984/5. Disponível em: https://journals.co.za/doi/abs/10.10520/AJA03790622_27

ERDMANN, Gero; ELISCHER, Sebastian; STROH, Alexander. Can Historical Institutionalism be Applied to Political Regime Development in Africa? **GIGA Research Programme: Legitimacy and Efficiency of Political Systems, Working Papers**, n. 166, May 2011.

FALLETI, T. G.; LYNCH, J. F. Context and Causal Mechanisms in Political Analysis. **Comparative Political Studies**, v. 42, n. 9, p. 1143-1166, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414009331724>

FAWCETT, Louise. Regionalism from an Historical Perspective. *In*: FARRELL, Mary; HETTNE, Björn; LANGENHOVE, Luk Van. (Eds.) **Global Politics of Regionalism: Theory and Practice**. London: Pluto Press, 2005. p. 21-37. ISBN: 074532262X

FAWCETT, Louise. Region-Building Debates in a Global Context. *In*: LEVINE, Daniel H.; NAGAR, Dawn (Eds.). **Region-Building in Africa: Political and Economic Challenges**. 1ª Ed. London: Palgrave Macmillan, 2016. p. 21- 36. DOI: 10.1057/9781137586117

FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. Historical Institutionalism in Political Science. *In*: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. New York: Oxford University Press, 2016. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199662814.001.0001

GENERAL ASSEMBLY UNITED NATIONS. **Question of South West Africa**. A/RES/2145(XXI), 1966. Disponível em: [https://undocs.org/en/A/RES/2145\(XXI\)](https://undocs.org/en/A/RES/2145(XXI))

GENERAL ASSEMBLY UNITED NATIONS. **Question of South West Africa**. A/RES/2248(S-V), 19 May 1967 Disponível em: [https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2248\(S-V\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/2248(S-V))

GERRING, John. The Case Study: What it is and What it Does. *In*: BOIX, Carles; STOKES, Susan C. (Eds.). **The Oxford Handbook of Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 90-122. ISBN: 9780199278480

GLENN, Evelyn Nakano. Settler Colonialism as Structure: A Framework for Comparative Studies of U.S. Race and Gender Formation. **Sociology of Race and Ethnicity**, v. 1, n. 1, p. 52–72, 2015. DOI: 10.1177/2332649214560440

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As Três Versões do Neo-Institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, p. 193-223, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>

HANLON, Joseph. **Beggar Your Neighbours: Apartheid Power in South Africa**. London: Currey, 1986.

HARDY, Pauline. The war of words in Southern Africa. **Index on Censorship**, v. 13,

n. 1, p. 23-24, February 1, 1984. DOI: <https://doi.org/10.1080/03064228408533660>

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. Introduction. *In*: HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven (Eds.) **Informal Institutions & Democracy: Lessons from Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006. p. 1-30. ISBN: 0801883520

HORVATH, Ronald J. A Definition of Colonialism. **Current Anthropology**, v. 13, n. 1, p. 45-57, 1972. Disponível em: http://users.clas.ufl.edu/marilynm/Theorizing_Black_America_Syllabus_files/Definition_of_Colonialism.pdf

HOUGH, Mike. The Front Line States: Entente Cordiale. **Africa Insight**, v. 10, n. 1, p. 45-48, 1980. Disponível em: https://hdl.handle.net/10520/AJA02562804_10

HURRELL, Andrew. O ressurgimento do regionalismo na política Mundial. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 23-59, jan./jun., 1995.

ISAACMAN, Allen. Mozambique Since Independence. **Africa Report**, v. 23, n. 4, p. 4-9, July-August, 1978.

KALTER, Joanmarie. The economics of desperation. **Africa Report**, v. 29, n. 3, p. 19-23, 1984.

KHADIAGALA, Gilbert M. **Allies in Adversity: The Frontline States in Southern African Security, 1975-1993**. Athens: Ohio University Press, 1994. ISBN: 0821410970

KHADIAGALA, Gilbert M. Institution Building for African Regionalism. **Asian Development Bank Working Paper Series on Regional Economic Integration**, n. 85, August/2011.

KHADIAGALA, Gilbert M. Pan-Africanism and Regional Integration. *In*: CHEESEMAN, Nic; ANDERSON, David M.; SCHEIBLER, Andrea. (Eds.) **Routledge Handbook of African Politics**. New York: Routledge, 2013. ISBN: 978-0-203-07068-0 (ebk)

KI-ZERBO, Joseph; MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe; BOAHEN, A. Construção da Nação e Evolução dos Valores Políticos. *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds) **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 565-602. ISBN: 978-85-7652-130-3

KLABBERS, Jan. Formal Intergovernmental Organizations. *In*: COGAN, Jacob Katz; HURD, Ian; JOHNSTONE, Ian (Eds.) **The Oxford Handbook of International Organizations**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 133-151. ISBN: 9780199672202

KOREMENOS, Barbara; LIPSON, Charles; SNIDAL, Duncan. The Rational Design of International Institutions. **International Organization**, v. 55, n. 4, p. 761-799, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1162/002081801317193592>

LEYS, Roger; TOSTENSEN, Arne. Regional Cooperation in Southern Africa: The Southern African Development Coordination Conference. **Review of African Political Economy**, n. 23, Scandinavian Perspectives on Africa, p. 52-71, jan.-apr. 1982. Disponível em: www.jstor.org/stable/3998078

LIEBERMAN, Evan S. Causal Inference in Historical Institutional Analysis: A Specification of Periodization Strategies. **Comparative Political Studies**, v. 34, n. 9, p. 1011-1035, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1177/0010414001034009003>

MACHINGAIDZE, Victor E. M. Agrarian Change from above: The Southern Rhodesia Native Land Husbandry Act and African Response. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 24, n. 3, p. 557-588, 1991. DOI: <https://doi.org/10.2307/219092>

MAHONEY, J.; THELEN, K. A Theory of Gradual Institutional Change. *In*: _____ (Eds.) **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power**. New York: Cambridge University Press, 2010. p. 1-37. DOI: [10.1017/CBO9780511806414.003](https://doi.org/10.1017/CBO9780511806414.003)

MALAMUD, Andrés. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. **Norteamérica**, año 6, n. 2, p. 219-249, julio-diciembre, 2011.

MAZRUI, Ali A. "Procurai primeiramente o reino político...". *In*: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. (Eds) **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. p.125-149. ISBN: 978-85-7652-130-3

MELO, Jaime; SOLLEDER, Jean-Marc; SORGHO, Zakaria. Market Integration Across Africa: Progress and Challenges Ahead. **African Development Bank Group Working Paper Series**, n. 342, November/2020.

MLAMBO, Alois S. **A History of Zimbabwe**. New York: Cambridge University Press, 2014. ISBN: 978-1107684799

MOGADISHU DECLARATION, **Southern Africa Record**, Number Three, The South African Institute of International Affairs, p. 31-35, October 1971.

MOHAMED, Ali N. South African press coverage of a Front Line African State. **Gazette (Leiden, Netherlands)**, v. 42, n. 3, p. 177-191, 1988. DOI: <https://doi.org/10.1177/001654928804200303>

MOHAN, Jitendra. Southern Africa: Imperialism, Racism and Neo-Colonialism. **Review of African Political Economy**, n. 11, p. 31-39, jan.-apr. 1978. DOI:

<https://doi.org/10.1080/03056247808703348>

MOMA, Jose A. **The Frontline States Alliance and the Management of Threat in Southern Africa**. Master Thesis (Political Science) - College of Arts and Sciences, Ohio University, p. 114. 2009.

MOMBESHORA, Solomon. The salience of ethnicity in political development: The case of Zimbabwe. **International Sociology**, v. 5, n. 4, p. 427-444, december 1990. DOI: <https://doi.org/10.1177/026858090005004005>

MSINDO, Enocent. Ethnicity and nationalism in urban colonial Zimbabwe: Balamayo, 1950 to 1963. **Journal of African History**, v. 48, p. 267-90, 2007. DOI: 10.1017/S0021853707002538

MURAPA, Rukudzo. A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à Integração Política e Econômica. **Revista Impulso**, n. 31, p. 155-164, 2002.

MUTITI, A. B. Rhodesia and Her Four Discriminatory Constitutions. **Présence Africaine**, Nouvelle série, n. 90, 2e TRIMESTRE 1974, p. 261-275. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24349771>

MUZONDIDYA, James; NDLOVU-GATSHENI, Sabelo. 'Echoing Silences': Ethnicity in post-colonial Zimbabwe, 1980-2007. **African Journal on Conflict Resolution**, v. 7, n. 2, p. 275-297, 2007. DOI: 10.4314/ajcr.v7i2.39418

MWITHIGA, Patricia Mukiri. The Challenges of Regional Integration in the East Africa Community. *In*: ELHIRAIKA, Adam B.; MUKUNGU, Allan C. K.; NYOIKE, Wanjiku (Eds.). **Regional Integration and Policy Challenges in Africa**. 1ª Ed. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 89-108. ISBN-10: 1137462078

NAGAR, Dawn; SAUNDERS, Christopher. Regionalism in Southern Africa. *In*: **Building Peace in Southern Africa**, Report. Centre for Conflict Resolution, p. 16-21, 17 de agosto de 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep05144.6>

NKIWANE, Solomon. Destabilisation in Southern Africa: An Historical Perspective. **Dalhousie African Working Paper**, Number 13, July 1988.

NORMAN, Denis. Food Security for Southern Africa. **Africa Report**, v. 29, n. 4, p. 15-18, July-August, 1984.

OMARI, Abillah Harrid. **The Rise and Decline of the Front Line States (FLS) Alliance in Southern Africa: 1975-1990**. Ph.D Thesis (Political Science) - Department of Political Science, Dalhousie University. Halifax, p. 355. 1991.

OMARI, Abillah Harrid; MACARINGUE, Paulino. Southern African Security in Historical Perspective. *In*: CAWTHRA, Gavin; PISANI, Andre du; OMARI, Abillah H.

(Eds.). **Security and Democracy in Southern Africa**. 1ª Ed. Johannesburg: Wits University Press. p. 45-60, 2007. ISBN: 978-1-86814-453-2

ONslow, Sue. A Question of Timing: South Africa and Rhodesia's Unilateral Declaration of Independence, 1964–65. **Cold War History**, v. 5, n. 2, p. 129-159, 2005. DOI: 10.1080/14682740500062135

ORGANIZATION OF AFRICAN UNITY. **Resolution on the Security of Countries nearest to the Southern African Battlefield** (AHG/Res. 80 (XIII), 1976. Disponível em: https://au.int/sites/default/files/decisions/9523-assembly_en_2_6_july_1976_assembly_heads_state_government_thirteenth_ordinary_session.pdf

ORREN, K.; SKOWRONEK, S. **The Search for American Political Development**. New York: Cambridge University Press, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511756269>

PARSONS, Anthony. From Southern Rhodesia to Zimbabwe, 1965-1980. **International Relation**, p. 353-361, 1988.

PIERSON, P. Big, Slow-Moving, and... Invisible: Macrosocial Process in the Study of Comparative Politics. In: MAHONEY, J.; RUESCHEMEYER, D. (Eds.) **Comparative Historical Analysis in the Social Sciences**. New York: Cambridge University Press, 2003. p. 177–207. DOI: 10.1017/CBO9780511803963.006

PINTO, Simone M. R. Justiça Transicional na África do Sul: Restaurando o Passado, Construindo o Futuro. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 393-421, julho/dezembro, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/zJPPQbdcFqjfJ3VZwpDTGGM/?format=pdf&lang=pt>

POKU, Nana. **Regionalization and Security in Southern Africa**. New York: Palgrave Macmillan, 2001. ISBN: 0–333–74844–1

RESOLUTIONS AND DECISIONS OF THE SECURITY COUNCIL, 1978. **Resolution 435 of 29 September 1978 of the Security Council of United Nations**. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3643?ln=en>

RONEN, Yaël. **Transition From Illegal Regimes Under International Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. ISBN: 9780521197779.

SADC HEAD OF STATE AND GOVERNMENT. **Summit Communiqués 1980-2006**. 2006.

SANAHUJA, José Antonio. Post-liberal regionalism in South America: The case of UNASUR. **EUI Working Paper RSCAS**, 2012. ISSN: 1028-3625

SAUNDERS, Christopher. Transition in Namibia, 1989-1990 and the South Africa Case. In: ETHERINGTON, Norman (Ed.) **Peace, Politics, and Violence in the New**

THE COVENANT OF THE LEAGUE OF NATIONS: Including Amendments adopted to December, 1924. **The Avalon Project**. Disponible em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp#art1

THE LUSAKA MANIFESTO ON SOUTHERN AFRICA - with a commentary by N. M. Shamuyarira. 1969. **The African Review**, p. 66-78. Disponible em: https://journals.co.za/doi/pdf/10.10520/AJA00020117_32

TOKATLIAN, Juan Gabriel. La SWAPO en Namibia. **Estudios de Asia y Africa**, v. 19, n. 4 (62), p. 491-507, 1984. Disponible em: <https://www.jstor.org/stable/40312842>

TREATY OF THE SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY, August 17, 1992. p. 1-14.

TSIGO, Evans B.; NDAWANA, Enoch. Unsung heroes? The Rhodesian Defense Regiment and Counterinsurgency, 1973-80. **International Journal of Military History and Historiography**, v. 39, n. 1, p. 88-120, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1163/24683302-03901005>

UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **Methodology**. 2021. Disponible em: <https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>

UNITED NATIONS. **International Convention on the Suppression and Punishment of the Crime of Apartheid**. Adopted by the General Assembly of the United Nations on 30 November 1973. Disponible em: <https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%201015/volume-1015-i-14861-english.pdf>

UNITED NATIONS DEPARTMENT OF POLITICAL AFFAIRS, TRUSTEESHIP AND DECOLONIZATION. **Decolonization**. N. 9/Revised Edition, December 1977. Disponible em: <https://www.un.org/dppa/decolonization/en/history/1974-1993-publications-decolonization>

VABULAS, Felicity; SNIDAL, Duncan. Organization without delegation: Informal intergovernmental organizations (IIGOs) and the spectrum of intergovernmental arrangements. **Review of International Organizations**, v. 8, n. 2, p. 193-220, 2013. DOI: 10.1007/s11558-012-9161-x

VABULAS, Felicity; SNIDAL, Duncan. Cooperation under autonomy: Building and analyzing the informal intergovernmental organizations 2.0 dataset. **Journal of Peace Research**, v. 58, n. 4, p. 859-869, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022343320943920>

VERACINI, Lorenzo. 'Settler Colonialism': Career of a Concept. **The Journal of Imperial and Commonwealth History**, v. 41, n. 2, p. 313-333, 2013. DOI:

10.1080/03086534.2013.768099

VHUMBUNU, Clayton Hazvinei. African Regional Economic Integration in the Era of Globalisation: Reflecting on the Trials, Tribulations, and Triumphs. **International Journal of African Renaissance Studies - Multi-, Inter- and Transdisciplinarity**, v. 14, n. 1, p. 106-130, 2009. DOI: 10.1080/18186874.2019.1577145

VOLGY, Thomas J.; FAUSETT, Elizabeth; GRANT, Keith A.; RODGERS, Stuart. Identifying Formal Intergovernmental Organizations. **Journal of Peace Research**, v. 45, n. 6, p. 837-850, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022343308096159>

WALLERSTEIN, Immanuel. The construction of peoplehood: Racism, nationalism, ethnicity. **Sociological Forum**, v. 2, n. 2, p. 373–388, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1007/BF01124170>